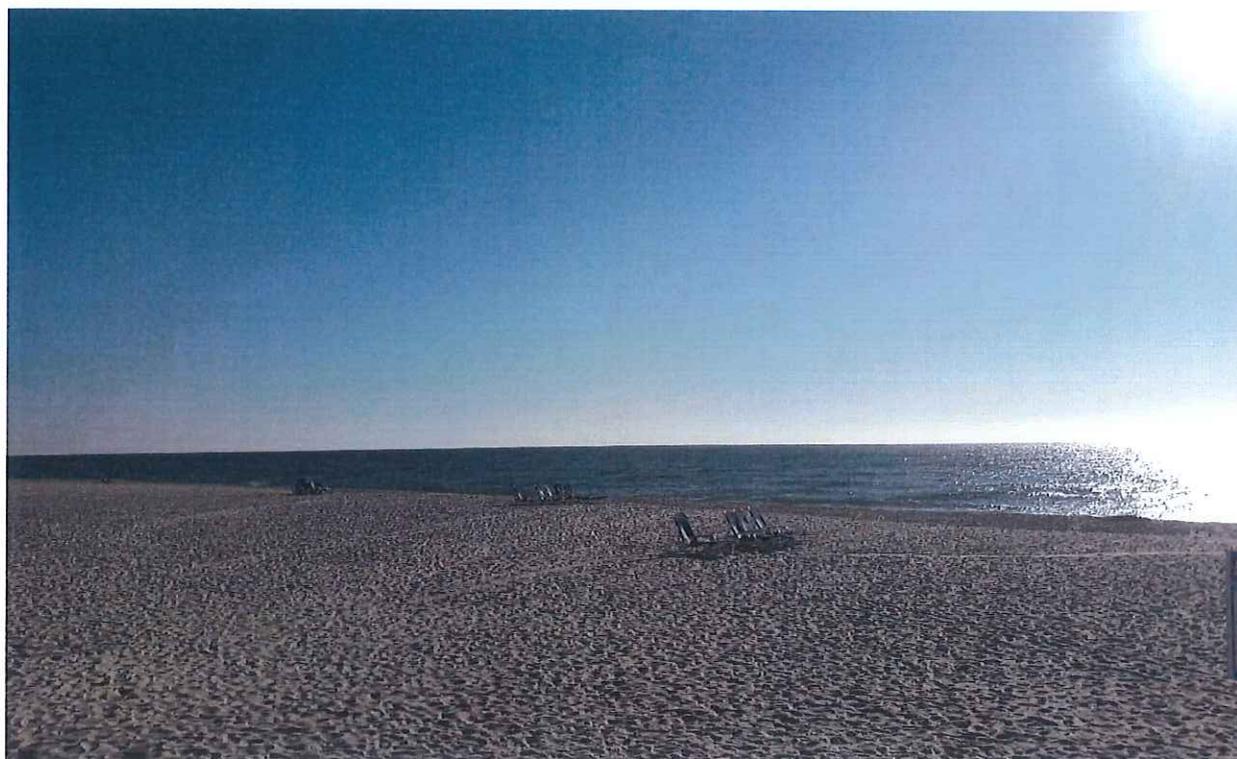


TAVIRAVERDE
EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE
E.M.

Relatório e Contas
2018





Índice

Órgãos Sociais	1
Relatório de Gestão	2
1. Estrutura de capital	3
2. Objetivo, Missão, Visão e Política	3
3. Enquadramento do ano	5
4. Caracterização de Clientes	7
5. O plano de atividades	8
6. Águas de Abastecimento	15
6.1. Programa de controlo de perdas na rede de abastecimento	15
6.2. Controlo da Qualidade de Água	16
6.3. Zonas de Medição e Controlo (ZMC)	18
6.4. Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas de Abastecimento (EEAA)	19
7. Saneamento	20
7.1. Controlo da qualidade dos efluentes	20
7.2. Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR)	21
7.3. Diminuição das infiltrações nas redes	21
8. Recolha de RSU/ Limpeza Urbana	23
8.1. Melhoria da qualidade do serviço prestado e lavagem de contentores	24
8.2. Recolha Porta-a-Porta ao comércio local	25
9. Jardins	27
9.1. Planeamento/organização e sistema de controlo de fugas	27
9.2. Tratamento de pragas de plantas e jardins	27
9.3. Aplicação de produtos fitofarmacêuticos	28
9.4. Praga das palmeiras em Portugal	28
10. Limpeza de Praias	28
11. Limpeza Urbana	30
12. Sistema de Gestão da Qualidade	31
12.1. Auditorias Externas e Internas	31
12.2. Ações de Melhoria	32
12.3. Reclamações e Sugestões de Clientes	33
12.4. Avaliação da Satisfação dos Clientes	33
12.5. Avaliação de Fornecedores	34
13. Atividades de Educação Ambiental	34
14. Litígios e Contingências	36
15. Recursos Humanos	38
16. Investimento	42
17. Situação económica ou financeira	43
18. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	46
19. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores	46
20. Perspetivas futuras	47
21. Proposta de aplicação de resultados	48
22. Agradecimentos	49
Demonstrações Financeiras	50
Balço	51

Demonstração de Resultados por naturezas.....	53
Demonstração de Fluxos de Caixa	54
Demonstração individual das alterações no capital próprio - período findo em 31 de dezembro de 2018	56
Demonstração individual das alterações no capital próprio - período findo em 31 de dezembro de 2017	57
Anexo	58
1. Identificação da entidade	58
2. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras	58
3. Principais políticas contábilísticas	59
4. Fluxos de Caixa.....	64
5. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros.....	64
6. Partes Relacionadas	65
7. Ativos Intangíveis	67
8. Ativos Fixos Tangíveis	68
9. Locações	70
10. Custos de empréstimos obtidos	70
11. Inventários	71
12. Rédito	72
13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	73
14. Subsídios do Governo e apoios do Governo	73
15. Acontecimentos após a data do balanço	74
16. Imposto sobre o rendimento.....	75
17. Instrumentos financeiros	77
18. Divulgações exigidas por diplomas legais	82
19. Outras informações	83

Handwritten signature and initials in blue ink, consisting of a large stylized signature and two smaller initials below it.

ÓRGÃOS SOCIAIS



Assembleia Geral

Presidente:

João Carlos de Almeida Vidal

Secretário:

Maria Virgínia Dias Chaves Ramos Cabrita Silva

Conselho de Administração

Presidente:

Jaime Luís Fernandes Costa

Vogais:

António Manuel Dias Chaves Ramos

João Pedro da Conceição Rodrigues

Revisor Oficial de Contas

Sociedade:

Isabel Paiva, Miguel Galvão e Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Representada por João Miguel Pinto Galvão

Suplente: José Luís Guerreiro Nunes

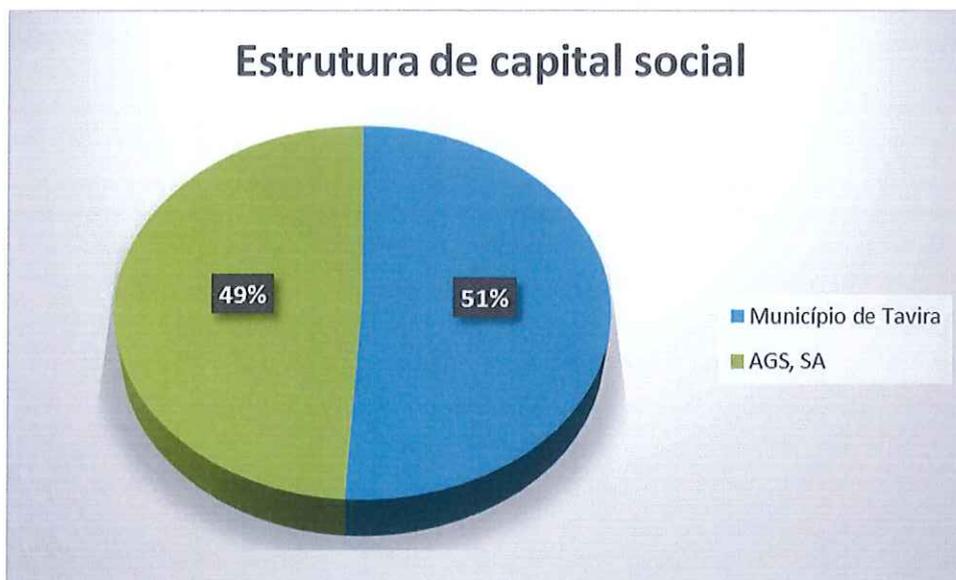
[Handwritten signature]

RELATÓRIO DE GESTÃO



1. Estrutura de capital

A 31 de dezembro de 2018 o capital social da Taviraverde era 50.000,00€ integralmente detido pelos seguintes acionistas:



O capital encontra-se dividido em 10 000 ações de valor nominal de 5,00€ cada, sendo 5100 ações pertencentes ao Município de Tavira e 4900 ações pertencentes à AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA.

2. Objetivo, Missão, Visão e Política

♣ Objeto

A TAVIRAVERDE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, EM iniciou a sua atividade em março de 2005, tendo como principal objeto: I) gestão, exploração, manutenção e conservação dos sistemas públicos de distribuição de água para consumo público; II) recolha e rejeição de águas residuais domésticas; III) recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos; IV) higiene e limpeza pública; V) manutenção, construção e gestão de espaços verdes, bem como outras prestações de serviços referentes à promoção da qualidade ambiental na área do município de Tavira.

♣ Missão

Satisfazer as necessidades de abastecimento de água, de recolha de águas residuais e de RSU da população do município de Tavira, 365 dias por ano, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental, bem como proporcionar espaços verdes de qualidade.

♣ Visão

Tendo consciência de que os nossos serviços são prestados em regime de monopólio e que são fundamentais para a qualidade de vida da população e visitantes do concelho de Tavira, temos como desígnio, através da adoção das melhores práticas, mais seguras e ambientalmente adequadas e com o envolvimento de todos os colaboradores e clientes, ser uma empresa com responsabilidades e objetivos claros, de referência na sua área de atuação pelo nível de qualidade dos serviços prestados e do atendimento.

♣ Política da qualidade

A Taviraverde adotou uma estratégia organizacional assente no desenvolvimento sustentável da atividade e dos recursos que lhe são inerentes, permitindo alcançar os objetivos empresariais orientados para a satisfação dos clientes, acionistas e outras partes interessadas e na valorização e realização profissional dos colaboradores.

Assim, foram estabelecidos como fatores de sucesso:

- Cumprimento dos requisitos dos clientes, legais e estatutários, normativos aplicáveis, plano de negócios e outros que a empresa subscreva;
- Dotar a empresa de infraestruturas e meios tecnológicos adequados ao desenvolvimento da atividade que possibilitem minimizar alterações ao quotidiano dos munícipes e empresas da área de intervenção da Organização;
- Desenvolvimento da atividade tendo por base uma atitude proactiva na procura e adoção das melhores práticas e consequentemente a melhoria contínua do sistema de gestão da empresa;
- Focalização no desenvolvimento das competências individuais e no trabalho em equipa para permitir, ao conjunto, atingir níveis elevados de desempenho;
- Alcançar os resultados de exploração previstos no plano de negócios de modo a garantir a taxa de rentabilidade do projeto;
- Sensibilizar e trabalhar preferencialmente com fornecedores que atribuam importância às boas práticas de um sistema de gestão;
- Divulgar e promover a compreensão da Política da Qualidade a todas as partes interessadas.

3. Enquadramento do ano

No ano de 2018, e à semelhança dos anos anteriores, foram cumpridos a quase totalidade dos objetivos operacionais do Plano de Atividades e do Orçamento. Podemos salientar os seguintes fatores como os mais influentes:

- Foi assinado, com a Câmara Municipal de Tavira, o “Contrato Programa para Limpeza Urbana” para o triénio 2019, 2021.
- Foram diminuídas as tarifas fixas e variáveis de RSU em 10%.
- Foi aprovada a “Política de Carreiras e Remunerações” e implementada na empresa com efeitos a contar do início do ano.
- Em 30 de Maio de 2018 foi revogada a decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé a julgar parcialmente procedente o pedido da Autora Águas do Algarve e que resultava assim numa condenação da Taviraverde ao pagamento do valor de 1.332.205,03€. Foi também declarada improcedente, por prescrição, a ação, também da AdA, de 2011 no valor de 776.029,38€.
- No âmbito do Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas (PGPI) da Taviraverde: tendo em conta a recente adaptação ao referencial NP EN ISO 9001:2015, optou-se por integrar os Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU), no Plano Estratégico da Taviraverde. Desta forma decidiu-se reiniciar o Plano Estratégico. Com esta reformulação, não se perdeu a informação entretanto recolhida e tratada e ganhou-se em termos de maturação de conhecimento, ao nível dos indicadores e procedimentos entretanto adotados com o primeiro Plano Estratégico.
- Foi iniciada a colaboração no projeto PENSA – Programa para a Sustentabilidade dos Serviços de Águas e Gestão Eficiente de Ativos, que tem por objetivo apoiar as EG participadas pela AGS no desenvolvimento e implementação do Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas e do Plano Integrado de Gestão de Perdas de Água e Energia, dando cumprimento às estratégias definidas pelas EG e promovendo uma gestão adequada dos ativos.

O quadro seguinte mostra a evolução dos consumos médios em valores absolutos e percentuais. Verificou-se um ligeiro decréscimo do consumo.

ANO	CONSUMOS MÉDIOS (m ³ /mês)			
	TIPOS		Variação Anual	
	CLIENTES	DOMÉSTICOS	CLIENTES	DOMÉSTICOS
2006	9,36	7,20	2,56%	-9,72%
2007	9,60	6,50		
2008	9,40	6,36	-2,08%	-2,15%
2009	9,27	6,23	-1,38%	-2,04%
2010	8,28	5,90	-10,64%	-5,27%
2011	7,84	5,77	-5,35%	-2,23%
2012	7,56	5,40	-3,63%	-6,33%
2013	6,79	5,36	-10,19%	-0,90%
2014	7,39	5,26	8,87%	-1,73%
2015	7,42	5,28	43,00%	-0,35%
2016	7,56	5,40	1,83%	2,32%
2017	7,90	5,52	4,54%	2,07%
2018	7,47	5,48	-5,45%	-0,65%

As receitas totais foram de 11.250.689 €, a EBITDA foi 1.568.020 € e o resultado antes de impostos foi de 841.582 €.

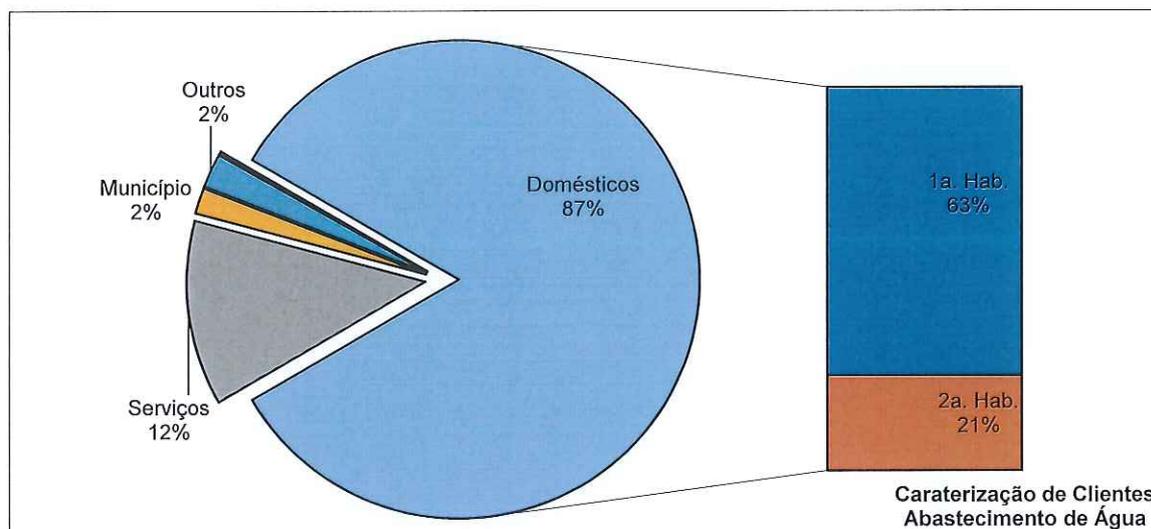
A atualização do tarifário, no valor de 1,50%, está de acordo com a taxa recomendada pela Entidade Reguladora Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Os indicadores de Acessibilidade Económica de cada um dos serviços, calculados de acordo com a ERSAR, continuam com a classificação de BONS, mantendo os valores de 0,45%, 0,42%, e 0,43% respetivamente para o abastecimento da água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU), (esclarece-se que os indicadores de acessibilidade económica do serviço são calculados com base na percentagem do custo de um consumo doméstico médio (10m³/mês) sobre o rendimento médio familiar anual no Concelho, classificando-se de 0 a 0,50% como boa, de 0,50% a 1,0% como mediana e superior a 1,0% como insatisfatória).

No que respeita aos contratos de gestão (contrato de gestão para a manutenção de espaços verdes públicos do concelho de Tavira e contrato de gestão para limpeza de praias), celebrados com o Município, verificou-se que os mesmos continuam a ser cumpridos.

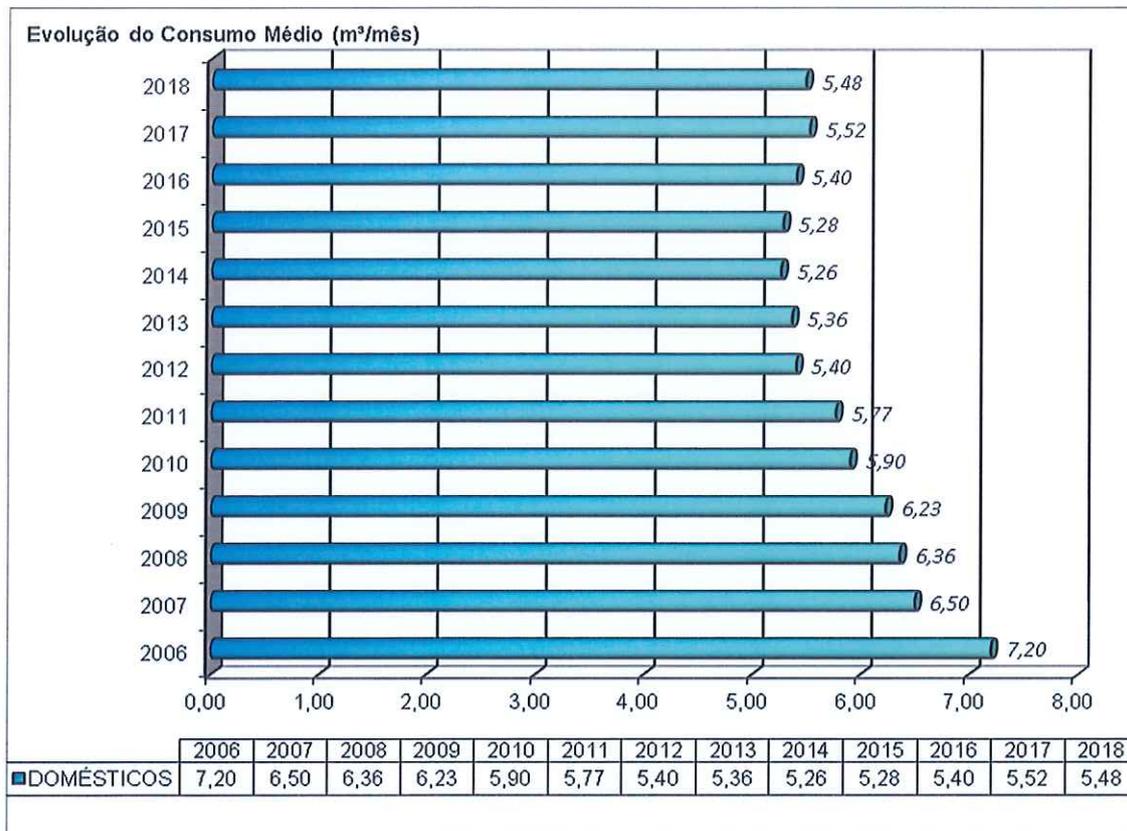
4. Caracterização de Clientes

A caracterização dos clientes da Tavraverde no ano de 2018 é a que se indica no quadro seguinte:

CARACTERIZAÇÃO DE CLIENTES	2017			2018		
	CLIENTES	CONSUMOS	GRAU COBERTURA	CLIENTES	CONSUMOS	GRAU COBERTURA
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	22 429	2 125 944	88%	22 820	2 045 495	87%
CLIENTES DOMÉSTICOS	19 463	1 288 362		19 001	1 250 456	
CLIENTES NÃO DOMÉSTICOS	2 443	642 877		3 253	632 410	
OUTROS	483	181 778		524	156 379	
PRÓPRIOS	40	12 927		42	6 250	
ÁGUAS RESIDUAIS	20 105	1 459 9880	81%	20 558	1 577 126	81%
CLIENTES DOMÉSTICOS	17 958	1 052 65		17 560	1 128 737	
CLIENTES NÃO DOMÉSTICOS	2 008	358 516		2 794	407 990	
OUTROS	139	49 399		178	38 427	
PRÓPRIOS	0	0		26	1 972	



Os consumos médios, dos clientes domésticos, tiveram uma ligeira diminuição como indicado no gráfico seguinte:



5. O plano de atividades

O plano de atividades da empresa no ano de 2018 foi delineado de acordo com os Objetivos Gerais descritos no quadro seguinte.

O quadro descreve o resultado final da atividade obtido através da monitorização periódica do Plano definido. A taxa de cumprimento dos objetivos definidos foi de **87%**, tendo os desvios sido analisados e tratados em reuniões mensais de coordenação.

A. Abastecimento de Água

Objetivos Gerais	Objetivos Setoriais	Indicador	Meta	Resultado 2018	Situação
Redução das perdas de água	Controlo de perdas de água	Perdas de Água Totais na Rede - em percentagem	≤16,50%	16,22%	OK
		Perdas de Água Totais na Rede - em volume	≤420.000m ³	396 883	OK
	Controlo de substituição de contadores	Taxa de substituição de contadores planeados	≥98%	99,05%	OK
	Controlo da selagem de contadores	Acompanhamento ao plano de selagem de contadores	0	1 763	OK
Cumprimento das obrigações legais relativas à qualidade da água de abastecimento	Controlo da qualidade da água de abastecimento	Taxa de cumprimento dos valores paramétricos de análises obrigatórias - PCQA	≥99%	99,88%	OK
		Taxa de cumprimento dos valores paramétricos do Controlo Operacional	≥95%	99,67%	OK
		Taxa de cumprimento da frequência de análises do PCQA	100%	100,00%	OK
Melhoria da qualidade do serviço (satisfação do cliente)	Controlo do tempo para fornecimento de orçamento de ramais	Taxa de orçamentos entregues dentro do prazo de 3 dias úteis	≥95%	100,00%	OK
	Controlo do tempo para execução de ramais	Taxa de ramais executados dentro do prazo de 6 dias úteis	≥95%	100,00%	OK
	Controlo do tempo para colocação de contadores	Taxa de contadores instalados dentro do prazo de 1 dia útil	≥95%	100,00%	OK
	Controlo do tempo para desligação de contadores	Taxa de contadores desligados dentro do prazo de 1 dia útil	≥95%	100,00%	OK
Melhoria dos indicadores de gestão	Reabilitação dos equipamentos e construção civil das Estações Elevatórias Águas Abastecimento (EEAA)	Taxa de cumprimento do programa estabelecido	≥90%	80,00%	OK
	Manutenção e gestão de equipamentos das ETA's e EEAA	Taxa de conformidades das manutenções planeadas nas ETA's e EEAA	≥90%	100,00%	OK
	Caracterização das infraestruturas verticais de AA	Elaboração das fichas de caracterização de infraestruturas verticais de AA	Executar fichas a ≥7 instalações até final ano	100,00%	OK

B. Saneamento de Águas Residuais

Objetivos Gerais	Objetivos Setoriais	Indicador	Meta	Resultado 2018	Situação
Cumprimento das autorizações de descarga de efluentes no meio hídrico	Controlo da qualidade dos efluentes	Cumprimento das Licenças de Descarga de ETAR	≥95%	100,00%	OK
Melhoria dos indicadores de gestão	Reabilitação dos equipamentos e construção civil das EEAR	Taxa de cumprimento do programa estabelecido	≥90%	90,68%	OK
	Manutenção e gestão de equipamentos das ETAR e EEAR	Taxa de conformidades das manutenções planeadas nas ETAR e EEAR	≥90%	100,00%	OK
	Caracterização das infraestruturas verticais de AR	Elaboração das fichas de caracterização de infraestruturas verticais de AR	Executar fichas a ≥7 instalações até final ano	100,00%	OK
Melhoria da qualidade do serviço (satisfação do cliente)	Controlo do tempo para fornecimento de orçamento de ramais	Taxa de orçamentos entregues dentro do prazo de 3 dias úteis	≥95%	100,00%	OK
	Controlo do tempo para execução de ramais	Taxa de ramais executados dentro do prazo de 7 dias úteis	≥95%	96,43%	OK
	Controlo do tempo de reposição de pavimentos (aplicável a águas de abastecimento e águas residuais)	Taxa de pavimentos repostos dentro do prazo de 10 dias úteis após intervenções	≥95%	100,00%	OK
	Controlo de qualidade da reposição de pavimentos	Taxa de pavimentos conformes	≥95%	100,00%	OK
Eliminação das aflúências indevidas na rede de águas residuais	Controlo de estanquidade de redes de drenagem	Taxa de águas residuais entregues à EG em alta relativamente ao total faturado na área de influência (%)	≤105%	103,61%	OK
		Quantidade de águas residuais entregues à EG em alta relativamente ao total faturado na área de influência - em volume	≤80.000m ³	55 736	OK
	Montagem de equipamentos de medição de nível em caixas de visita	Taxa de execução do programa de instalação de equipamentos de medição de nível em caixas de visita	≥95%	N.A.	OK

C. Recolha de Resíduos e Limpeza Urbana

Objetivos Gerais	Objetivos Setoriais	Indicador	Meta	Resultado 2018	Situação
Melhoria dos indicadores de gestão	Avaliação do sistema de controlo dos circuitos	Taxa de execução dos circuitos de recolha de RSU	≥95%	99,79%	OK
		Taxa de execução dos circuitos de limpeza urbana	≥95%	101,09%	OK
		Taxa de execução dos circuitos de varredura mecânica	≥95%	115,64%	OK
		Taxa de execução dos circuitos de substituição de contentores lavados	≥95%	115,60%	OK
		Taxa de execução dos circuitos de monos e verdes	≥95%	116,80%	OK
		Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de recolha de RSU	≥95%	92,11%	NOK
		Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de limpeza urbana	≥95%	100,00%	OK
		Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de varredura mecânica	≥95%	100,00%	OK
		Conformidade de execução dos circuitos de recolha de RSU	≥95%	97,14%	OK
		Conformidade de execução dos circuitos de limpeza urbana	≥95%	97,55%	OK
		Conformidade de execução dos circuitos de varredura mecânica	≥95%	100,00%	OK
	Controlo dos pedidos de recolha de Monos e Verdes	Taxa de pedidos de clientes relativamente ao total recolhido	≥23%	31,58%	OK
	Lavagem de Contentores de Superfície e Subterrâneos	Frequência de lavagem de contentores	≥6 a <24	6,61	OK
	Controlo da recolha de recicláveis total (ALGAR e Tavirverde)	Taxa de recolha de recicláveis (no total) relativamente ao total dos resíduos não recicláveis entregues à ALGAR	≥17%	19,67%	OK
		Taxa da recolha de recicláveis (no total) relativamente ao ano anterior	sem meta	11,66%	-
	Diminuição da quantidade de resíduos sólidos pagos relativamente ao ano anterior	Taxa de resíduos sólidos pagos relativamente ao ano anterior	sem meta	100,90%	-
	Controlo de produção de resíduos	Rácio de produção de resíduos por volume faturado	≤10,5	8,95%	OK

D. Jardins

Objetivos Gerais	Objetivos Setoriais	Indicador	Meta	2018	Situação
Controlo de execução dos serviços	Monitorização das manutenções de espaços verdes	Conformidade do serviço de acordo com os indicadores de avaliação definidos no contrato-programa	≥95%	96,74%	OK
	Monitorização das manutenções de sistemas de rega	Cumprimento do programa de manutenção de sistemas de rega	≥98%	95,45%	NOK

E. Administrativo Comercial e Geral

Objetivos Gerais	Objetivos Setoriais	Indicador	Meta	2018	Situação
Melhoria das condições de funcionamento e operacionalidade	Leitura de contadores mensal	Nº de contadores não lidos mensalmente	≤70	27	OK
	Atividade de fiscalização de águas e resíduos	Taxa de cumprimento dos programas de fiscalização	≥95%	100,00%	OK
		Taxa de anomalias detetadas pela fiscalização que foram alvo de notificação ao infrator	≈100%	100,00%	OK
	Compilação dos indicadores de desempenho no prazo estabelecido	Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - TOTAL	≥95%	98,62%	OK
Diminuição dos montantes em dívida pelos clientes e outros devedores	Prazo de realização de cortes de fornecimento de água	Taxa de cortes efetuados dentro do prazo de 30 dias após emissão de listagem de cortes	≥97%	96,33%	NOK
		Cálculo mensal da taxa de restabelecimentos realizados	≤1 não conformidade	0	OK
	Diminuição do nº de processos de cobrança duvidosa	Taxa de cobrança efetiva dos valores em dívida (Inclui a dívida não vencida)	≥98%	99,66%	OK
		Taxa de cobrança efetiva no prazo normal (em valor)	≥90%	89,35%	NOK
	Eficácia dos processos de cobrança duvidosa	Taxa de cobrança efetiva dos processos de injunção (em valor)	≥65%	53,74%	NOK
		Taxa de cobrança efetiva dos processos de injunção (em nº de processos)	≥55%	60,00%	OK
		Taxa de cobrança efetiva dos processos de cobrança sem injunção (em valor)	≥35%	87,00%	OK
		Taxa de cobrança efetiva dos processos de cobrança sem injunção (em nº de processos)	≥40%	66,81%	OK
	Controlo do prazo médio de recebimentos de clientes	Prazo médio de recebimentos de clientes	≤60 dias	20	OK
	Melhoria do nível de satisfação do cliente	Redução do tempo de resposta a reclamações	Taxa de reclamações respondidas dentro do prazo de 10 dias úteis	≥98%	100,00%
Cumprimento dos prazos legais para resposta a reclamações escritas		Taxa de reclamações escritas relativas a AA respondidas por escrito dentro do prazo de 15 dias úteis	≈100%	100,00%	OK
		Taxa de reclamações escritas relativas a AR respondidas por escrito dentro do prazo de 15 dias úteis	≈100%	100,00%	OK
		Taxa de reclamações escritas relativas a RS respondidas por escrito dentro do prazo de 15 dias úteis	≈100%	100,00%	OK
Aumento dos clientes ativos com registo de contacto		Nº de clientes ativos com registo de e-mail	≥11.000	11.871	OK

E. Administrativo Comercial e Geral

		Nº de clientes ativos com registo de contacto telefónico	≥21.700	21.795	OK
Segurança no Trabalho	Controlo do cumprimento das normas de segurança (uso de EPI's, EPC, outras)	Nº de NC sobre as normas de segurança implementadas	≤20	19	OK
	Controlo do uso de fardamento	Nº de NC de uso de fardamento	≤20	1	OK
	Limpeza e arrumação dos locais de trabalho	Nº de NC de falta de limpeza e arrumação para cada espaço	≤20	22	NOK
	Controlo de Acidentes de Trabalho	Índice de Frequência (avalia a frequência com que os AT ocorrem)	≤40 (20 a 40 - classificação OMS: bom)	59	NOK
		Índice de Gravidade (avalia a gravidade dos AT ocorridos em termos de dias de trabalho perdidos)	≤1 (0,5 a 1 - classificação OMS: bom)	1,89	NOK
		Controlo do nº de dias não trabalhados por AT relativamente ao ano anterior	sem meta	7,04%	-
Gestão de Recursos Humanos	Realização das Ações de Formação Preconizadas	Cumprimento da taxa mínima legal de formação	≥10%	12%	OK
		Taxa de cumprimento do Plano de Formação	≥95%	103%	OK
	Absentismo	Taxa de Absentismo	s/ meta	6,96%	-
		Taxa de Absentismo sem baixas prolongadas	s/ meta	3,62%	-
		Taxa específica por incapacidade (de curta ou longa duração) devida a doença e acidente	s/ meta	5,32%	-
	Controlo de Horas Extraordinárias	Taxa de cumprimento do plano anual de horas extraordinárias	≤100%	73,88%	OK
		Número de colaboradores que excederam o limite legal de horas extraordinárias	0	6	NOK
Controlo das horas extraordinárias efetuadas na globalidade		≤100%	69,38%	OK	
Gestão da documentação	Controlar a Documentação	Não utilização de documentos sem codificação	0 NC	0	OK
		Não utilização de documentos obsoletos	0 NC	0	OK
Acompanhamento do SG	Realização das Auditorias Preconizadas	Taxa de cumprimento do Programa Anual de Auditorias	≈100%	100,00%	OK
	Conclusão do tratamento de NC e OM nos prazos estipulados	Cumprimento do prazo de conclusão das NC e OM	≥75%	95,56%	OK
Acompanhamento a fornecedores e outros credores	Acompanhar o registo dos fornecimentos não conformes	Registo dos fornecimentos não conformes	1 NC	1	OK
Cumprimento de prazos para disponibilização de informação financeira a entidades oficiais e acionistas	Disponibilização atempada de indicadores financeiros aos acionistas	Cumprimento do prazo de envio do reporte financeiro à AGS	≥10	8	NOK
	Cumprimento dos planos de monitorização da financeira e tesouraria	Cumprimento dos prazos estabelecidos no plano de monitorização da área financeira	≥85%	87,84%	OK
		Cumprimento dos prazos estabelecidos no plano de monitorização de tesouraria	≥85%	100,00%	OK

F. Plano de Obras

Objetivos Gerais	Objetivos Setoriais	Indicador	Meta	Resultado 2018	Situação
Cumprimento do plano de obras	Cumprimento das obras e benfeitorias previstas no plano de investimentos anual	Taxa de cumprimento do programa estabelecido (obras em curso)	≥90%	82%	NOK



6. Águas de Abastecimento

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores deste sector de 2005 a 2018.

ANO	ÁGUAS DE ABASTECIMENTO			
	ÁGUA VENDIDA (m³)	CUSTO DA ÁGUA VENDIDA (€)	PREÇO MÉDIO DE VENDA (€)	VENDA DE ÁGUA e ALUGUER de CONTADOR (€)
2005	1 820 518	1,37 €	1,07 €	1 936 544 €
2006	1 997 131	1,16 €	1,22 €	2 436 963 €
2007	2 160 158	1,11 €	1,39 €	3 009 284 €
2008	2 167 000	1,24 €	1,35 €	3 304 458 €
2009	2 254 611	1,21 €	1,38 €	3 328 016 €
2010	2 060 683	1,31 €	1,46 €	3 196 648 €
2011	1 957 703	1,36 €	1,39 €	2 716 783 €
2012	1 935 474	1,39 €	1,38 €	2 674 022 €
2013	1 856 608	1,47 €	1,50 €	2 786 088 €
2014	1 890 336	1,38 €	1,59 €	3 016 978 €
2015	1 940 286	1,45 €	1,65 €	3 192 420 €
2016	2 006 970	1,31 €	1,76 €	3 328 776 €
2017	2 125 944	1,35 €	1,83 €	3 559 233 €
2018	2 045 495	1,38 €	1,87 €	3 511 065 €

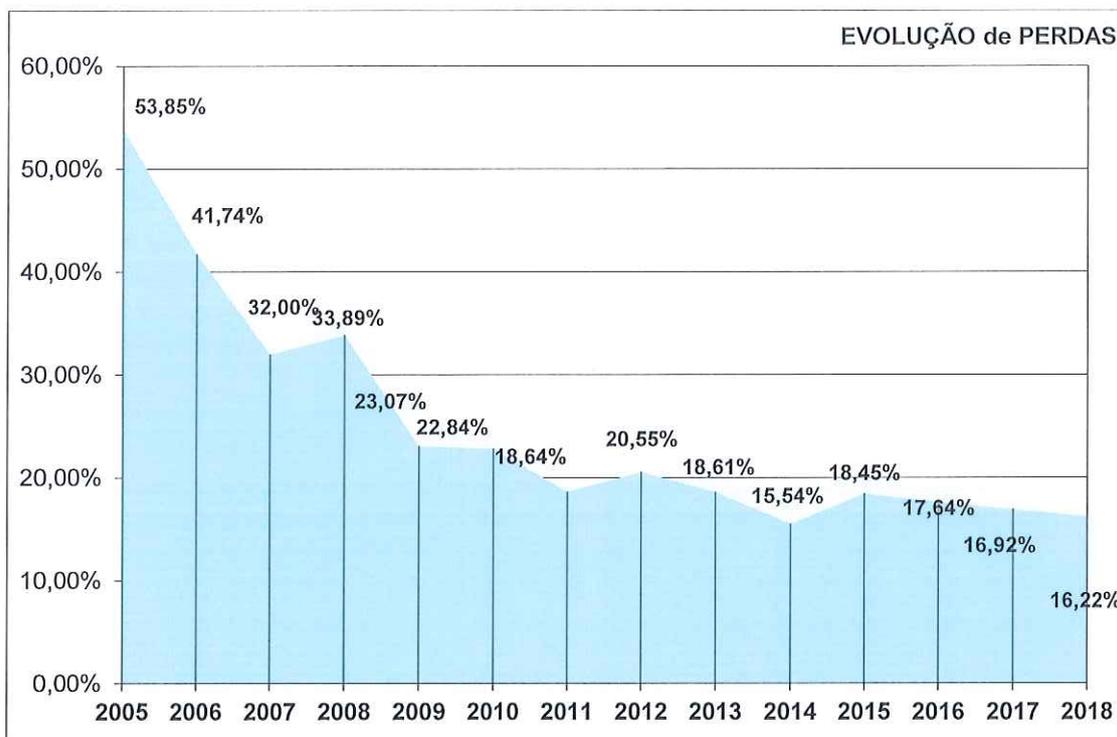
Nota: os números indicados dizem respeito ao total do ano civil, salvo os de 2005, que dizem respeito ao período de março a dezembro.

6.1. Programa de controlo de perdas na rede de abastecimento

Este programa, iniciado em 2005, é um dos programas operacionais mais relevantes da atividade da empresa.

Consideramos que tem sido um programa com bastante sucesso já que, no ano anterior ao início de atividade da empresa (2004), as perdas tinham sido de 58%.

O gráfico seguinte apresenta a evolução dos resultados deste programa:



6.2. Controlo da Qualidade de Água

O Sistema de Gestão da Qualidade da Tavraverde garante o controlo de processos e parâmetros nas fases de distribuição da água e de captação e tratamento (onde aplicável).

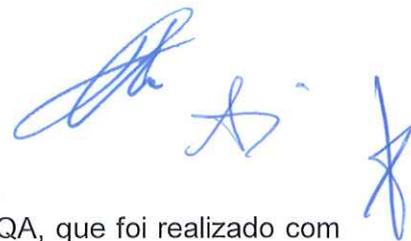
Para além da água fornecida pela EG em “alta”, Águas do Algarve, a Tavraverde possui origens próprias (captações subterrâneas) nas zonas de abastecimento não ligadas ao sistema em alta. Em todas estas origens foram instalados sistemas de tratamento da água, de forma a garantir a sua qualidade ao consumidor final.

♣ Processo de Monitorização

Anualmente é elaborado um plano de monitorização da qualidade da água, que incide em dois tipos de controlos:

- Controlo legal (PCQA), efetuado diretamente na torneira do consumidor, aprovado pelo ERSAR (em cumprimento ao DL306/2007 de 27 de Agosto, alterado pelo DL nº 152/2017 de 7 de Dezembro);
- Controlo operacional (PCO), efetuado às origens de água sujeitas a tratamento.

✿ Controlo legal - PCQA



No ano de 2018, foram efetuadas todas as análises agendadas no PCQA, que foi realizado com periodicidade semanal, num universo de 121 pontos de colheita distribuídos geograficamente por 9 zonas de abastecimento (8 das quais com origens próprias e 1 fornecida pela EG em *alta*).

No total foram efetuadas **1184** análises, observando-se **100%** de frequência de realização face ao programado.

Relativamente ao cumprimento dos valores paramétricos, verificou-se uma taxa de conformidade de **99,9%**, ou seja, apenas se registou 1 incumprimento, na ZA5 – Carrapateira. Este incumprimento do VP de manganês esteve relacionado com uma diminuição na eficiência da filtração, associada ao tempo de vida útil da carga filtrante; a medida corretiva foi implementada de imediato, após investigação do incumprimento, substituindo-se a carga do filtro multimédia.

Desta forma, regista-se para o indicador da ERSAR, “**Água Segura**” (percentagem de água controlada e de boa qualidade), uma taxa de realização de **99,9%**.

Refira-se ainda que a Taviraverde foi galardoada com o *Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano* pela ERSAR, relativamente aos resultados do PCQA de 2017; dado que cumprimos integralmente os critérios de elegibilidade, seremos novamente galardoados com esta distinção relativamente ao PCQA 2018.

✿ Controlo operacional - PCO

O Controlo Operacional foi realizado em todas as Zonas de Abastecimento nomeadamente: Cachopo, Feiteira, Mealha, Relvais, Carrapateira, Faz Fato, Estorninhos, Bengado, Morenos, e também em Zonas cujo abastecimento é fornecido pela Entidade gestora (EG) em “alta”.

Trata-se de um controlo extraordinário e destina-se, fundamentalmente, à verificação da qualidade da água em pontos estratégicos do abastecimento de água, com uma frequência muito mais apertada que o controlo legalmente requerido. Pretende-se acompanhar mensalmente parâmetros críticos, como o cloro, turvação, ferro, manganês, entre outros.

No PCO é feita a monitorização à saída das captações (quando aplicável) e também na rede de abastecimento, o que nos permite averiguar não só a potabilidade da água de origem, como também a eficiência do tratamento efetuado. Quando se justifica, são realizadas também análises adicionais às várias etapas dos processos de tratamento.

No decurso do ano foram realizadas um total de **6769** análises (das quais 3289 correspondem à água tratada, ou seja 49%), distribuídas por cada um dos CO com periodicidade mensal, tendo-se verificado **99,7%** de conformidade dos valores paramétricos na água tratada.

6.3. Zonas de Medição e Controlo (ZMC)

Prosseguiu-se em 2018 com a melhoria da qualidade do serviço e a criação de novos pontos de monitorização e controlo, visando uma resposta mais eficaz na pesquisa ativa e controlo de perdas, realçando-se os seguintes melhoramentos:

- Instalação de novo ponto de monitorização e controlo na saída de Tavira para Santa Luzia, integrado por um caudalímetro e uma VRP alojados em caixa de manobras construída para o efeito, para controlo de caudais aduzidos e ajuste de pressões à Vila de Santa Luzia. Um logger instalado nesta caixa permite o registo e envio de dados do caudal e de pressão, bem como dos caudais de outros dois caudalímetros instalados na Urbicruz e na Urbanização Quinta da Foz, nas proximidades desta nova caixa.
- Instalação de novo ponto de monitorização à entrada da Tavira Garden, com caudalímetro e logger PMAC para registo e envio de dados de caudais aduzidos, instalados em caixa de manobras adequada para o efeito.
- Implementação de sistemas de monitorização nos reservatórios de Bengado, Fonte do Bispo, Carrapateira e Faz Fato, permitindo monitorizar em tempo real através da plataforma Zeus, em PC ou smartphone, os dados de consumo, níveis e estado de energia, juntando estes novos locais a outras instalações já integradas anteriormente na plataforma, nomeadamente os reservatórios do Parque Industrial, de Santa Catarina e da Cumeada, e os pontos de medição das Quatro Águas, adução entre margem esquerda e direita da Cidade (travessia do Rio Gilão) e Pedras da Raínha.
- Implementação de sistemas de controlo de enchimento do reservatório de Porto Carvalhoso a partir da EEA de Montes e Lagares, e do enchimento do reservatório de Morenos a partir do furo dos Morenos, com os sistemas de bombagem controlados e monitorizados remotamente através da plataforma FulgurIT, em PC ou smartphone.

Foram ainda instalados diversos medidores de caudal, nomeadamente no Barranco da Nora, na ETA do Bengado, no Butoque (antiga EEA) e Estiramantens, na saída da Aldeia Formosa para a Gomeira em Cabanas, e nas EEAs da Feiteira e de Vale João Farto, em Cachopo.

Destaca-se ainda a implementação, no final de 2018, do reforço à zona Leste de Cabanas (Aldeia Formosa, Gomeira e Fortaleza), através do prolongamento da rede de distribuição entre o final da Rua Omerindo Bagarrão e o limite Poente da Rua Maria da Piedade Vinhas, o que permitiu o fecho da malha entre a Rua Capitão Jorge Ribeiro e a Rua Vasco da Gama e a consequente melhoria das condições de abastecimento àquela zona, que irá já fazer sentir-se durante o próximo Verão, com a redução das oscilações e a suavização dos picos mínimos da pressão na rede de distribuição, característicos do mês de Agosto, em consequência do grande aumento de consumos durante esta época.

No final do ano, o sistema dispunha de um total de 180 pontos de medição, entre caudalímetros e contadores / totalizadores para suporte às atividades de controlo de perdas. Deste conjunto de pontos de medição, 107 estão atualmente associados a diversos sistemas de telegestão e outros sistemas SCADA (PEView da Macraut , Zeus, S_MONITOR, PMAC, iSOFT e FulgurIT).

6.4. Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas de Abastecimento (EEAA)

Em 2018 prosseguiu-se o programa de reabilitação das EEAA - Estações Elevatórias de Águas de Abastecimento e Reservatórios.

Foi reabilitada a ETA de Cachopo e Feiteira ao nível da revisão completa de todo o sistema e pinturas totais de infraestrutura e vedação.

No reservatório mais antigo da ETA de Cachopo, foi criada uma janela de acesso, permitindo uma higienização em segurança.

Foram realizadas pinturas de conservação em três estações elevatórias.

O furo de reserva TV5 foi totalmente intervencionado, com substituição integral da tubagem de captação e instalação de uma bomba de captação de 5". A tubagem adutora foi verificada e o espaço envolvente da captação foi nivelado, limpo e desmatado. Está em fase de conclusão o trabalho de substituição do quadro elétrico de comando, finalizando os trabalhos de reabilitação.

Devido aos baixos níveis freáticos, foi necessário afundar a bomba do furo do Bengado.

Foi cumprido na totalidade o plano de manutenção preventiva nas 45 instalações deste setor.



7. Saneamento

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores do sector de 2005 a 2018:

ANO	SANEAMENTO						
	CAUDAL TRATADO			CAUDAL COBRADO	CUSTO	PREÇO MÉDIO DE VENDA	RECEITAS TOTAIS
	AdA	Próprios	TOTAL	(M ³)	M ³ COBRADO	(€)	(€)
2005	N/A			1 313 163	0,38 €	0,49 €	646 892 €
2006	1 500 128		1 500 128	1 531 163	0,53 €	0,55 €	844 166 €
2007	506 590	909 956	1 416 546	1 643 548	0,60 €	0,85 €	1 402 966 €
2008	1 062 785	864 924	1 927 709	1 605 261	0,87 €	0,79 €	1 617 015 €
2009	1 232 541	524 388	1 756 929	1 657 754	0,93 €	0,83 €	1 501 598 €
2010	1 544 743	482 766	2 027 509	1 593 027	1,11 €	0,82 €	1 410 598 €
2011	1 264 437	655 833	1 920 270	1 539 385	1,40 €	1,35 €	2 070 843 €
2012	1 527 619	110 513	1 638 132	1 494 114	1,43 €	1,46 €	2 187 788 €
2013	1 511 197	0	1 511 197	1 435 229	1,49 €	1,53 €	2 197 431 €
2014	1 558 360	0	1 558 360	1 432 516	1,75 €	1,54 €	2 219 449 €
2015	1 513 511	0	1 513 511	1 459 980	1,93 €	1,58 €	2 312 106 €
2016	1 572 641	0	1 572 641	1 528 554	1,37 €	1,69 €	2 450 991 €
2017	1 701 326	0	1 701 326	1 606 720	1,36 €	1,75 €	2 603 298 €
2018	1 600 140	0	1 600 140	1 586 106	1,34 €	1,74 €	2 559 051 €

Nota: os números indicados dizem respeito ao total do ano civil, salvo os de 2005 que diz respeito ao período de março a dezembro.

O preço médio de venda e as receitas totais incluem apenas as tarifas fixas.

7.1. Controlo da qualidade dos efluentes

O programa de controlo da qualidade dos efluentes foi efetuado de acordo com as licenças de descargas das ETAR's sob nossa gestão, nomeadamente: Santa Catarina, Bengado, Porto Carvalhoso, Morenos, Feiteira, Mealha, Currais, Carrapateira, Casas de Baixo e Estorninhos.

Das 40 amostragens programadas e efetuadas no decurso do ano, foram analisados 462 parâmetros obrigatórios (100% de frequência) e ainda 54 parâmetros adicionais, num total de 516 análises.

Das análises efetuadas, constata-se que 100% estavam conformes com os limites estabelecidos nas respetivas licenças de descarga, ou seja, não se registou qualquer incumprimento.

Desta forma, regista-se para o indicador da ERSAR, "Cumprimento das Licenças de Descarga" (percentagem da população equivalente servida por instalações de tratamento que asseguram o cumprimento da respetiva licença, quer em termos de parâmetros e periodicidade de monitorização, quer em termos de limites de descarga), uma taxa de realização de 100%.

7.2. Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR)

Em 2018 foi continuado o programa de reabilitação das EEAR - Estações Elevatórias de Águas Residuais.

Foi realizada a reabilitação da EEAR da Quinta da Foz, com beneficiação ao nível da estrutura, impermeabilização do poço de bombagem e caixa de válvulas, instalação de água de serviço, substituição das tampas de acesso aos poços, pinturas gerais e beneficiação do quadro elétrico.

Também foi reabilitada a EEAR da Luz de Tavira com execução da caixa de válvulas, substituição de todos os acessórios, parte da tubagem adutora, eletrobombas, caudalímetro, guias, bases de assentamento, impermeabilização do poço de bombagem, tampas, quadro elétrico, vedação, pinturas gerais e regularização do terreno.

Foi relocizada a EEAR da Luz de Tavira-CP implicando a execução de um poço de bombagem, caixa de válvulas e quadro elétrico de comando.

Foi cumprido na totalidade o plano de manutenção preventiva nas 62 instalações deste setor.

7.3. Diminuição das infiltrações nas redes

No ano de 2018, foram prosseguidas as atividades que vinham a ser desenvolvidas nos anos anteriores, com vista à contínua diminuição das afluências indevidas nas redes de saneamento doméstico, nomeadamente:

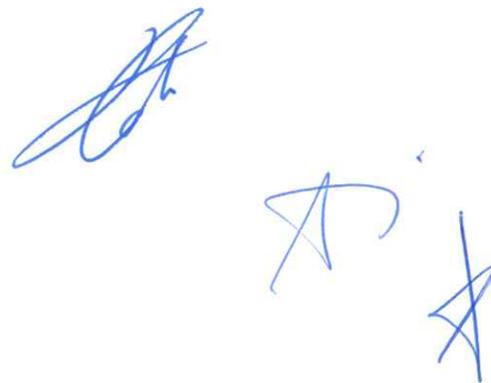
- Foram reabilitadas cerca de uma dezena de caixas de visita das redes de saneamento doméstico, que apresentavam um debilitado estado de conservação e com infiltrações de águas existentes nos solos ou águas das marés, nomeadamente nos coletores principais de Tavira;
- Foram desativadas mais algumas ligações indevidas entre as caixas de visita dos coletores de águas pluviais às caixas de visita dos coletores de saneamento doméstico, em Tavira, Santa Luzia e Cabanas;
- Foram reabilitados diversos coletores de saneamento doméstico, os quais sofriam infiltrações, nomeadamente em Tavira, Luz, Santa Luzia, Cabanas e Conceição;
- Foram reabilitadas, impermeabilizadas e niveladas ao nível do pavimento, aproximadamente 15 caixas de ramal de saneamento doméstico, com infiltrações, e efetuada a renovação dos respetivos ramais que ligam aos coletores, em Tavira, Luz, Santa Luzia e Conceição;
- Foram substituídos aproximadamente 100 metros de coletor de saneamento doméstico na Luz, e 10 metros em Santa Luzia, que apresentavam infiltrações em alguns pontos;

No que respeita às afluições indevidas de águas das marés, sabemos que os coletores com maiores problemas de desgaste estão situados nas zonas baixas da Cidade de Tavira, Santa Luzia, Cabanas e Golden. No entanto, pelo avançado estado de degradação, agravado pelas ações de limpeza e manutenção, será necessária a contínua reabilitação preventiva dos troços gravíticos de rede em fibrocimento e grés, representando um dos principais objetivos para os próximos anos na área dos sistemas de drenagem de águas residuais domésticas.

Toda a rede de saneamento doméstico na cidade continua a ser monitorizada em pontos estratégicos através do registo da altura da lâmina líquida dentro das caixas de visita. Neste momento já foi concluído o processo de monitorização da altura da lâmina líquida dentro das caixas de visita em Santa Luzia, Conceição e Cabanas. Pretende-se ainda estudar e aplicar o mesmo processo de monitorização da altura da lâmina líquida dentro das caixas de visita noutras zonas na cidade de Tavira, as quais podem ser críticas.

Pretende-se melhorar esta atividade, acrescentando aos dados já recolhidos o registo da condutividade do líquido, para o qual está a ser estudada a melhor possibilidade a adotar.

Quanto às afluições indevidas de águas pluviais, o problema principal resulta na inexistência de redes prediais separativas em prédios, habitações e mesmo em urbanizações. Julga-se nesse sentido, que sem o recurso a descarregadores de tempestade nas redes de drenagem de águas residuais domésticas, esta questão não terá uma solução simples, no entanto, estão a ser estudadas outras possibilidades.

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left and two smaller ones on the right.

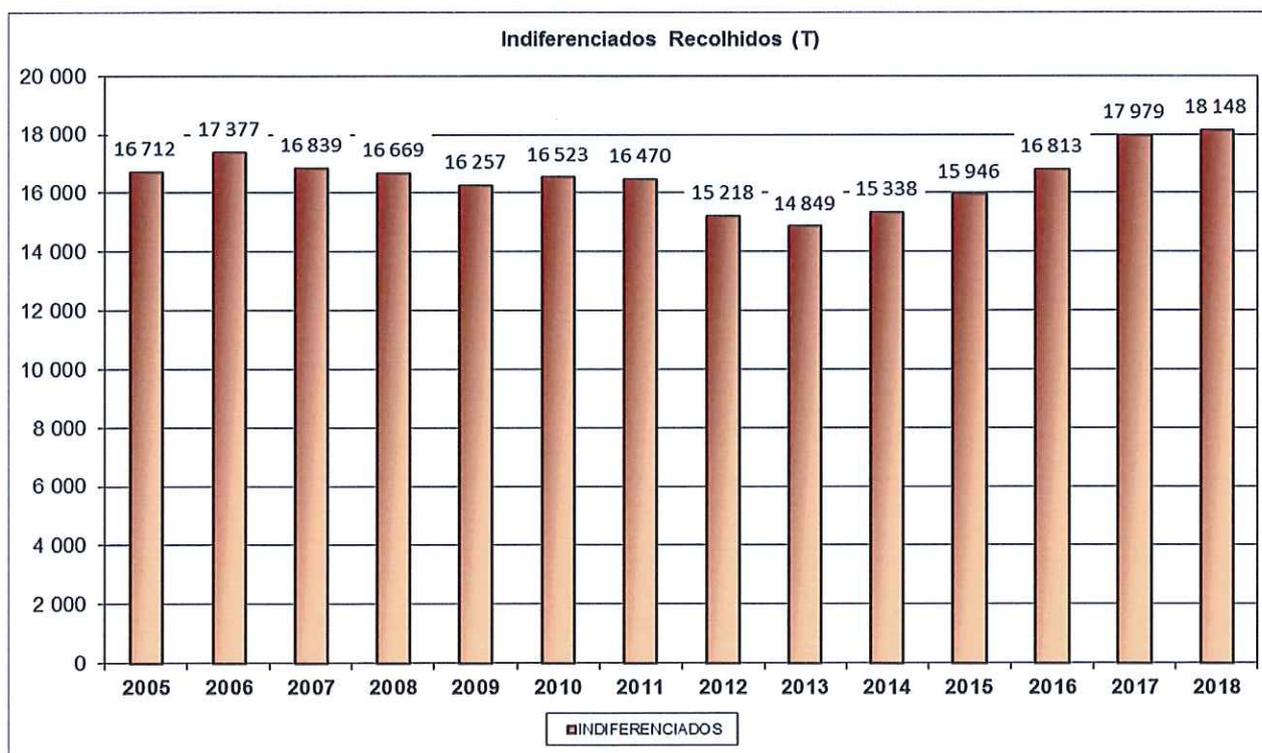
8. Recolha de RSU/ Limpeza Urbana

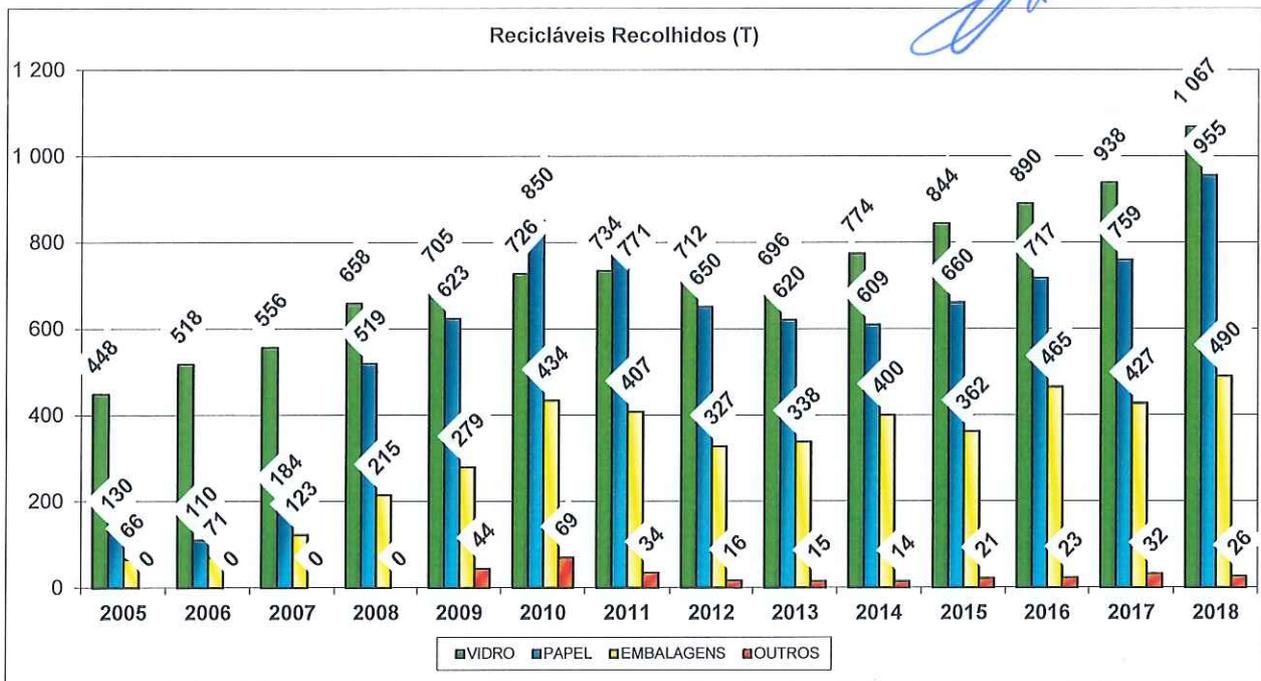
No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores do sector em 2018:

ANO	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS				
	RSU		CUSTOS (Ton)		RECEITAS TOTAIS
	(Ton)	RECEITA (Ton)	RSU	RECOLHA	TOTAIS
2005	13 369	32,56 €	143,78 €	n.a.	435 936 €
	16 711	30,80 €			514 846 €
2006	17 377	99,49 €	136,17 €	n.a.	1 483 900 €
2007	16 839	117,70 €	160,76 €	n.a.	2 023 742 €
2008	16 669	113,00 €	169,00 €	n.a.	2 360 418 €
2009	16 204	126,00 €	175,00 €	n.a.	2 321 490 €
2010	16 505	129,43 €	167,75 €	n.a.	2 597 418 €
2011	16 439	140,16 €	171,07 €	124,39 €	2 291 439 €
2012	15 181	153,61 €	186,39 €	134,54 €	2 331 953 €
2013	14 849	157,18 €	195,06 €	140,89 €	2 343 276 €
2014	15 368	149,52 €	182,02 €	132,28 €	2 291 928 €
2015	15 944	151,54 €	174,96 €	124,21 €	2 415 938 €
2016	16 811	163,70 €	180,94 €	128,95 €	2 760 904 €
2017	16 478	157,65 €	189,72 €	134,62 €	2 799 769 €
2018	17 254	184,00 €	224,00 €	154,00 €	2 891 600 €

O indicado como receita/Ton inclui apenas as tarifas fixas e variáveis.

Nota: os números indicados dizem respeito ao total do ano civil, salvo os de 2005 que dizem respeito ao período de março a dezembro.





Notas:

Os valores apresentados para o ano 2005 correspondem ao total de toneladas de indiferenciados recolhidos pela Câmara Municipal de Tavira (janeiro e fevereiro) e pela Taviraverde (março a dezembro).

A partir de 12 de junho de 2017, os valores de recicláveis recolhidos incluem a recolha de ecopontos (ALGAR) e os recicláveis recolhidos no sistema porta-a-porta ao comércio pela Taviraverde, no âmbito do contrato celebrado com a ALGAR.

8.1. Melhoria da qualidade do serviço prestado e lavagem de contentores

Na zona de lavagem de contentores foi instalada uma cobertura com o objetivo de criar uma zona de sombra, melhorando as condições de trabalho nos meses de muito calor.

Foi substituída integralmente a tampa, marcos e respetiva sinalética do sistema de contentorização enterrada de resíduos recicláveis no largo das Sete Ruas.

Foi adquirido em contentor ampliroll de 18m³ para reforço do serviço de recolha seletiva em estaleiro e posterior encaminhamento para a estação de transferência.

Os programas de controlo da qualidade do serviço com a efetivação de inspeções semanais aleatórias aos diversos circuitos mantiveram-se durante todo o ano de 2018. Estes programas foram cumpridos a 100% relativamente ao planeado.

No âmbito do planeamento do Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) indiferenciados, foram efetivados:

- Ajustes aos circuitos de recolha visando a sua otimização;
- Estudo e avaliação das necessidades de meios humanos.

Foram lavados em estaleiro cerca de 926 contentores em média por mês, tendo sido cumprida a meta de qualidade de serviço “boa”, no sistema de avaliação da entidade reguladora para o setor.

Foi igualmente cumprido o planeamento das lavagens dos marcos do equipamento de deposição da contentorização enterrada (RU Indiferenciados e Recicláveis), com a periodicidade definida de acordo com a época do ano, ou seja: janeiro a abril, novembro e dezembro - mensal; maio, junho, setembro e outubro - 1ª e 3ª semana de cada mês; julho e agosto - semanal durante todo o mês.

Manteve-se em pleno funcionamento o equipamento de movimentação de contentores para lavagem.

Foi realizada a requalificação do sistema de contentorização enterrada de RU recicláveis, no largo das Sete Ruas em Tavira.

Procedeu-se durante todo o ano a diversas manutenções de âmbito preventivo e curativo a todo o sistema de contentorização de superfície e subterrâneo, salientando-se, na continuidade da melhoria da eficácia do sistema de deposição enterrado, a concretização do programa de colocação de molas em todas as portas de visita comercial (manutenção do fecho das portas).

Deu-se continuidade à colocação de alças de segurança para equipamentos de deposição coletiva de superfície (contentores de 800 litros).

No que concerne ao sistema de transporte e recolha de RU indiferenciado destaca-se a reabilitação do chassi de uma viatura de recolha com 15 m³.

Concluiu-se, com a receção e colocação em funcionamento, o processo de aquisição de uma viatura com grua para apoio às operações de recolha de RU volumosos e verdes.

8.2. Recolha Porta-a-Porta ao comércio local

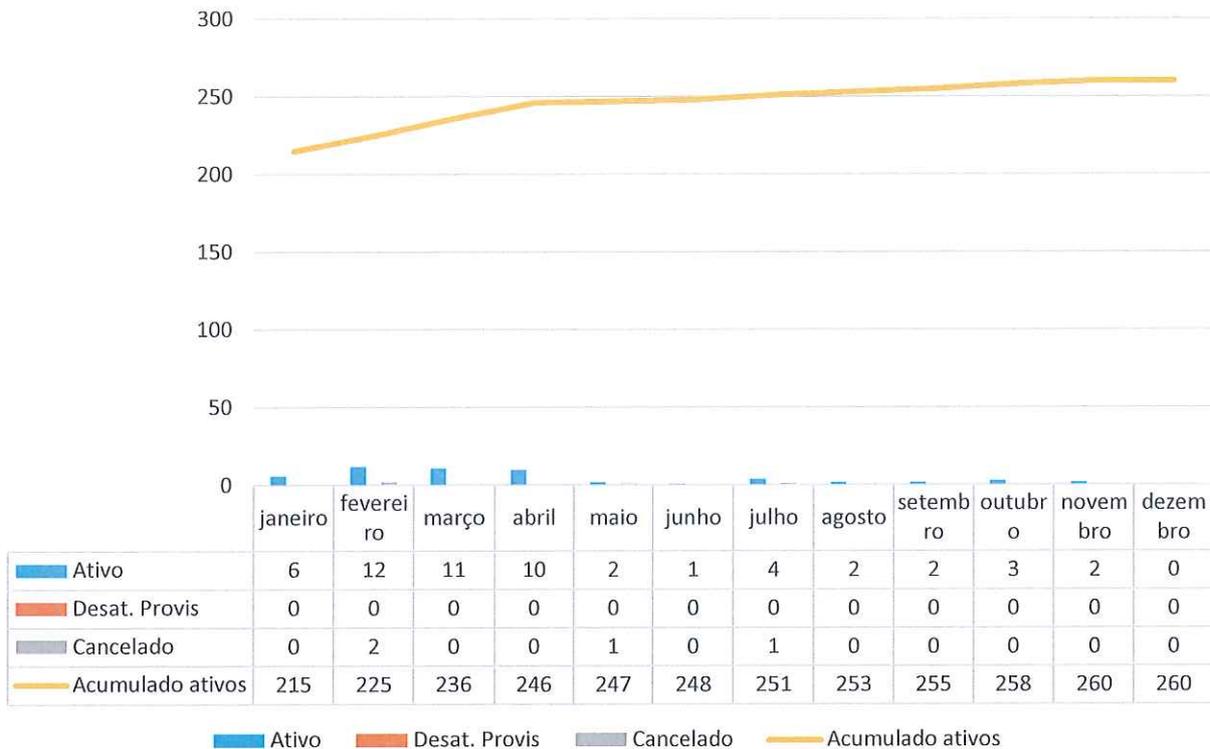
Em junho de 2017 e na sequência da verificação de perturbações no sistema porta-a-porta de recolha de embalagens ao comércio do concelho e frequências de recolhas insuficientes por parte da entidade multimunicipal Algar S.A., foi celebrado um protocolo de acordo com esta empresa, passando estas competências para a Taviraverde E.M.

Nos quadros abaixo, apresentam-se os principais dados de evolução desta atividade, referente a número de aderentes assim como quantidades recolhidas em comparação com a Algarlinha/Taviraverde.

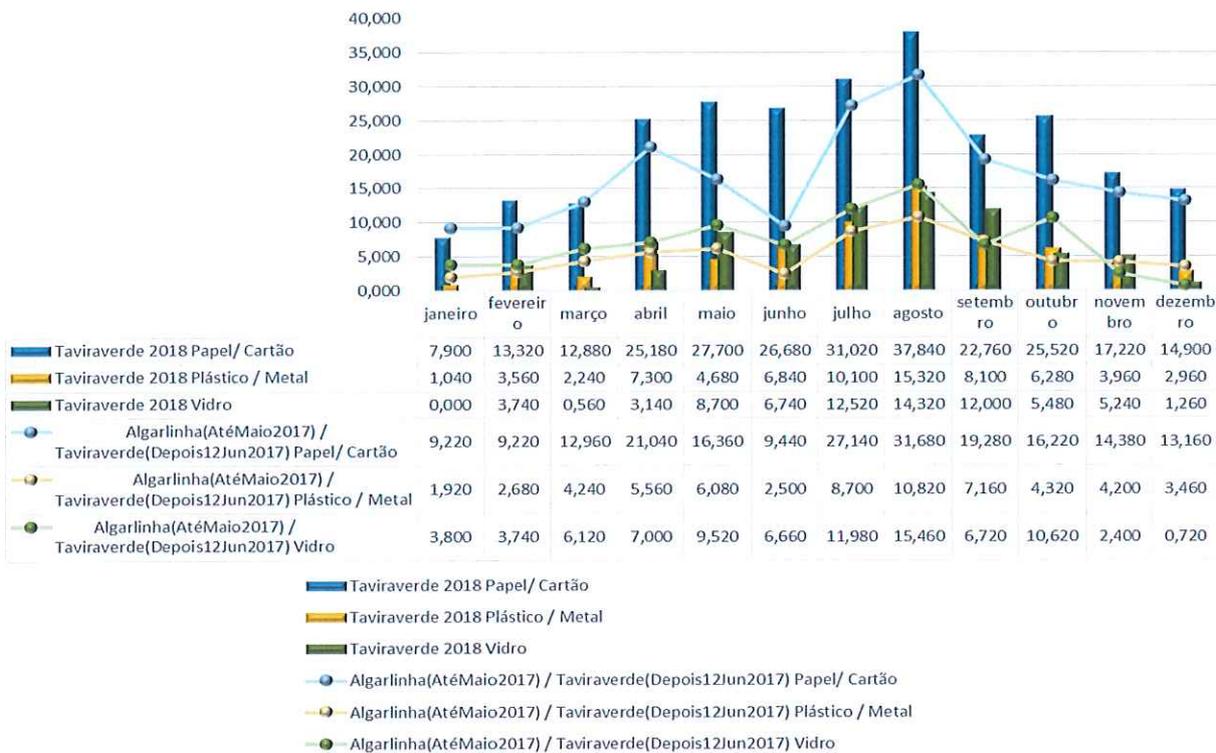
A consolidação deste serviço em 2018 em conjunto com as melhorias introduzidas no mesmo durante a época estival (aumento das frequências para dois circuitos diários), associado a uma melhoria de qualidade de serviço de recolha de ecopontos da ALGAR, contribuiu para um crescimento de 18% do RU reciclável recolhido no comércio (face ao período homólogo) e de 20% relativamente ao RU indiferenciado, colocando Tavira como o concelho com a maior taxa de reciclagem do Algarve.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

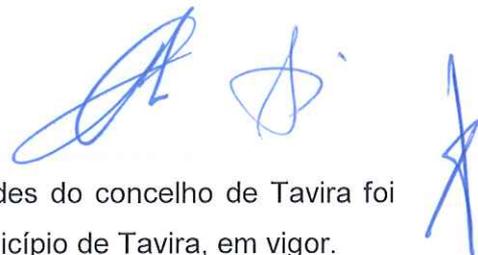
Evolução Aderentes Ano 2018



Comparativo Algarinha-Taviraverde 2017 / Taviraverde 2018



9. Jardins



A continuação da atividade de manutenção dos 202 espaços verdes do concelho de Tavira foi desenvolvida no âmbito do contrato programa celebrado com o Município de Tavira, em vigor.

No final de 2018, iniciaram-se os trabalhos para inclusão de mais 15 espaços a manter, por adenda ao mesmo contrato.

Efetuiu-se a renovação do parque de equipamentos de jardinagem (motosserras, corta-sebes, roçadouras, sopradores, podadoras, sistemas combinados e corta-relvas).

Aquisição de uma viatura ligeira de mercadorias, equipada com uma grua e barquinha, de alcance até 20 metros de altura, com o objetivo de rentabilizar o serviço de podas em altura e criar melhores condições de segurança.

A máquina trituradora de verdes foi sujeita a uma reparação/revisão de fundo, sendo substituídos componentes essenciais que já apresentavam elevado desgaste e conseqüente diminuição na qualidade e quantidade do material triturado.

Aquisição de um reboque que permite deslocar os corta-relvas tipo trator, para os vários espaços verdes.

9.1. Planeamento/organização e sistema de controlo de fugas

No início do ano e de modo a se conseguir agilizar todo o processo de planeamento, verificação da execução e recolha de dados do serviço efetuado nos espaços, foi desenvolvido e colocado em funcionamento uma aplicação informática. Além de permitir um mais rápido preenchimento e consulta das operações realizadas, este sistema eliminou a dependência do suporte de papel nesta organização.

A incorporação, durante o ano de 2018, do sistema de telemetria em mais de 90% dos contadores de leitura de caudal que abastecem os espaços verdes protocolados permitiu, sobretudo e principalmente na época de regas, obter um controlo mais rigoroso das fugas e ajustes de regas, possibilitando reduções significativas nas perdas de água com origem em fugas ou avarias do sistema.

9.2. Tratamento de pragas de plantas e jardins

Foram identificadas diversas pragas em plantas (árvores, arbustos e herbáceas) em espaços públicos que mereceram a maior atenção com a realização de diversos tratamentos fitossanitários, com produtos homologados.

Durante algumas épocas do ano, nomeadamente na primavera/verão, é frequente surgirem as pragas, principalmente de afídios, ácaros, cochonilhas e processionária, o que provoca algum

desconforto na população, nomeadamente ao nível de produção de meladas, provocando sujidade/danos em ruas, viaturas, etc.

Estas pragas são difíceis de controlar, contudo a Taviraverde faz um planeamento de intervenções preventivas, nomeadamente a nível de podas, para minimizar o problema e evitar a insatisfação dos cidadãos.

Dada a importância que o tratamento fitossanitário representa para a prossecução de uma boa qualidade dos trabalhos nos espaços verdes e os bons resultados obtidos no método de tratamento por endoterapia (efetuado por contratação externa de prestação de serviço), a empresa resolveu proceder à aquisição do equipamento para desenvolvimento interno desta técnica, tendo adquirido um injetor em maio de 2018 e procedido à formação dos aplicadores, realizando já alguns tratamentos no decurso deste ano, com resultados eficazes.

9.3. Aplicação de produtos fitofarmacêuticos

De acordo com a lei n.º 26/2013, em 2014 foi constituído o processo de autorização para o exercício da atividade de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação, que culminou com a autorização n.º 022-AT-ZU/ZL/VC, emitida pelo DGAV em 27 de janeiro de 2015, a qual teve a sua continuidade.

9.4. Praga das palmeiras em Portugal

Esta praga (*Rhynchophorus ferrugineus*) continuou a atacar as palmeiras.

Foi efetuado o planeamento e os respetivos tratamentos (preventivos/curativos), nas palmeiras (54), mais emblemáticas do Concelho, constantes no contrato de gestão.

10. Limpeza de Praias

A continuação da atividade de manutenção da limpeza das praias do concelho de Tavira foi desenvolvida no âmbito do contrato programa celebrado com o Município de Tavira, em vigor.

Os serviços de limpeza do areal, WC's públicos, posto de socorros e envolventes de praias e estacionamento, acessos/passadeiras e respetivas envolventes, foram efetuados conforme planeado e previsto no contrato de gestão para a limpeza das praias, celebrado entre a Câmara Municipal de Tavira e a Taviraverde EM. Os serviços de limpeza mecânica do areal foram cumpridos, com elevada qualidade, tendo-se confirmado a boa operacionalidade do equipamento (máquina de limpeza de praia e trator) adquirido no âmbito deste contrato.

No ano de 2018, conforme já referido no ponto "Recolha Porta-a-Porta ao comércio local", o transporte dos recicláveis (Embalagens, Metais, Papel e Vidro) foi totalmente assegurado pela

Taviraverde para a estação de transferência da Algar, em sacos, o que não nos permite quantificar, com rigor, a quantidade em termos de pesagem.

Tanto na Ilha de Tavira como na Ilha de Cabanas, foram recolhidos e colocados em locais isolados para posterior trituração, alguns resíduos orgânicos, sobretudo canas e restos de árvores, que deram à costa e outros resíduos vegetais resultantes de abates (plantas mortas), podas de árvores e arbustos.

A rede de ecopontos da Ilha de Tavira foi reorganizada, com a colocação de novas sinaléticas, adaptação de localizações e aumento da capacidade de deposição.

Para a realização dos trabalhos estiveram afetos 14 funcionários (incluindo o pessoal dos barcos) e 1 encarregado a tempo parcial.

Foi efetuada antes do início da época balnear, a manutenção/revisão geral das gruas do "cais do lixo" da Ilha e do cais junto ao Pingo Doce, permitindo operar de forma mais eficaz e em melhores condições de segurança, assim como a passagem de certificados de qualidade que foram apresentados na Capitania do Porto de Tavira.

Efetuiu-se a reparação e/ou substituição de passadeiras degradadas e o respetivo reperfilamento tendo sido colocadas novas, fornecidas pela Câmara.

Foi dada colaboração, às diferentes ações efetuadas e/ou apoiadas pela Câmara ao longo deste período, nomeadamente à gestão do parque de campismo, às do âmbito das bandeiras azuis, a colocação de sinalética, deteção e reparação de roturas nos balneários, à corrida mar azul, ao evento Sport Festival, bombeiros municipais e fundação Vodafone.

Foi igualmente prestada colaboração às obras efetuadas nas zonas balneares, nomeadamente, parque de campismo, Wc 's públicos, concessões da Ilha de Tavira, Terra Estreita, Barril e Cabanas e apoio no transporte de equipamentos para a ilha de Cabanas.

Neste período foram arrojados 1 golfinho, 5 tartarugas e 3 baleias.

Foram eliminados rebentos de acácias junto aos caminhos para permitir a segurança na circulação de viaturas e retiradas árvores desta espécie que se encontravam caídas e abatidos pinheiros mortos em risco de queda eminente (junto ao parque infantil da ilha de Tavira).

Houve continuidade do aluguer dos 2 contentores e Wc 's para apoio ao pessoal e arrumo de ferramentas e equipamentos, que se tinham instalado em 2011.

Foi efetuada antes do início da época balnear, a manutenção/revisão geral das gruas que asseguram a carga e descarga dos resíduos para os barcos, tendo sido substituído um dos motores principais da grua do cais da Ilha, permitindo operar de forma mais eficaz e em melhores condições de segurança, assim como a passagem de certificados de qualidade que foram apresentados na Capitania do Porto de Tavira. Também foram reparados e revistos os tratores e máquinas de limpeza do areal.

A embarcação “Estrela da Ilha” foi sujeita a uma reparação ao nível das tábuas, pinturas e motor e todas as vistorias e licenças obrigatórias.

Foi adquirida uma embarcação auxiliar com o objetivo de facilitar o transporte dos funcionários para a Ilha.

11. Limpeza Urbana

A limpeza urbana (varredura manual e varredura mecânica) no concelho de Tavira está organizada em 30 circuitos, abrangendo os perímetros urbanos da cidade e freguesias com exceção de Cachopo.

Em 2010 verificou-se ser necessário criar o circuito de verão (zona central da cidade), em virtude de se tratar de uma zona de elevada afluência da população, o que levou a uma maior necessidade na frequência de limpeza, continuando este serviço a ser efetuado durante o ano de 2018.

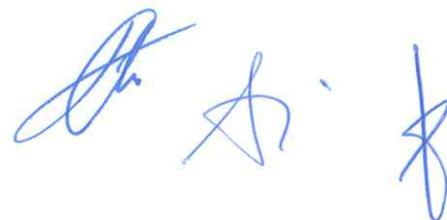
Ao longo dos anos tem vindo a aumentar a frequência de eventos na cidade, o que leva a um acréscimo nas necessidades de limpeza urbana, mas a Taviraverde continua a garantir a mesma com eficiência.

O setor de limpeza da Taviraverde também é responsável pela limpeza das sarjetas. Anualmente, no início do mês de setembro, realiza-se este trabalho preventivo, de modo a que, quando chegarem as primeiras chuvas não se registem quaisquer problemas, considerando que a cidade se localiza numa zona de risco permanente de cheias. Este trabalho é efetuado/acompanhado durante todo o período chuvoso. Também esta atividade tem vindo a aumentar em virtude do crescimento da cidade, pelo que é necessário incluir este serviço nos circuitos da limpeza.

Efetuiu-se a renovação do parque de equipamentos de apoio (roçadoras e sopradores).



12. Sistema de Gestão da Qualidade



A empresa encontra-se certificada pela norma ISO 9001:2015 – Sistemas de Gestão da Qualidade (certificado nº 2008/CEP-3175), tendo efetuado com sucesso a transição do referencial normativo.

Relativamente ao sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho, foi criado no SGQ, no âmbito da implementação do novo referencial normativo (ISO 9001:2015), um processo de Segurança e Saúde (P.13), com 4 procedimentos associados: PR.09 – Avaliação de riscos profissionais, PR.10 – Gestão de acidentes ou incidentes de trabalho, PR.11 – Gestão de fardamento e equipamento de proteção individual e PR.12 – Prevenção e controlo de alcoolémia. Encontra-se também em fase de finalização a Matriz de Riscos Profissionais, peça fundamental para a implementação do SGSST.

12.1. Auditorias Externas e Internas

Foi cumprido o Plano Anual de Auditorias referente a 2018.

Foi efetuada uma auditoria interna à totalidade do SGQ, em Maio de 2018, cujo âmbito foi a verificação da conformidade da documentação e das práticas com o novo referencial da ISO 9001:2015. As principais conclusões foram que o sistema se encontrava de acordo com o novo referencial, dando o suporte documental resposta aos requisitos normativos/legislativos e não existindo nenhuma área em particular considerada crítica.

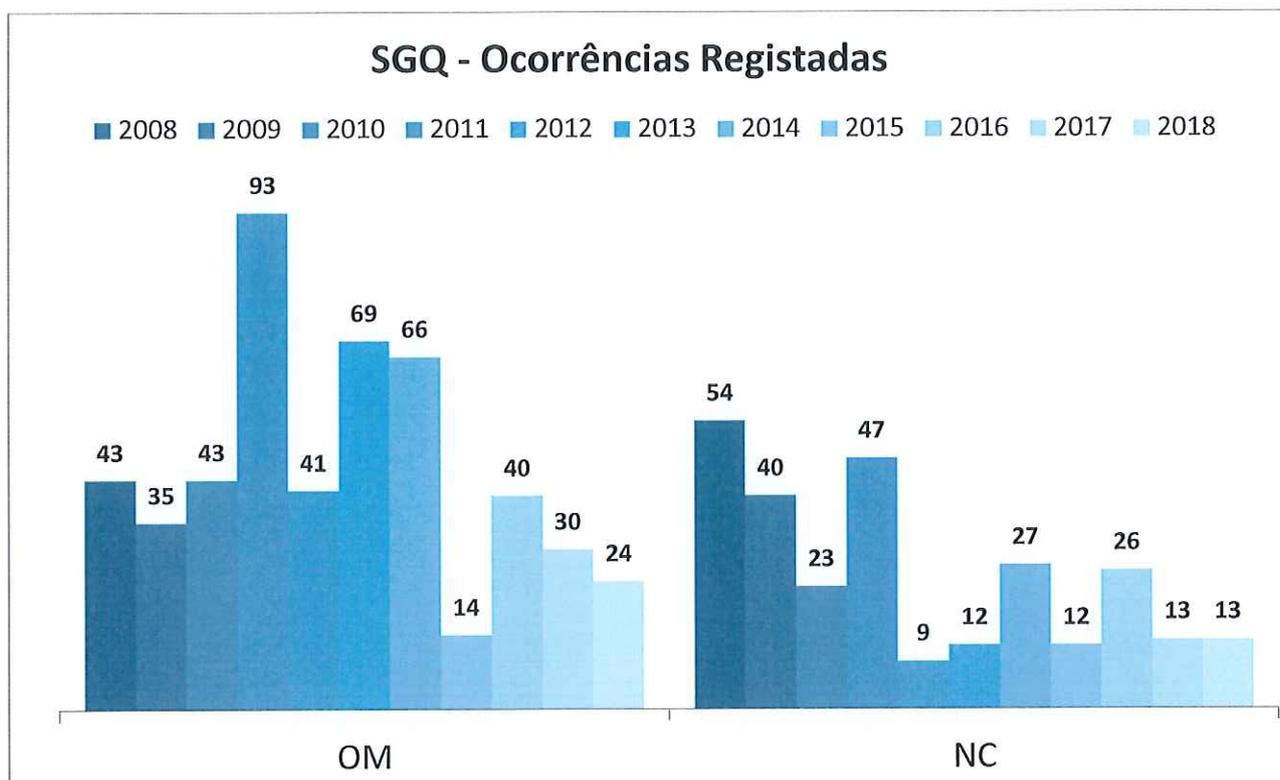
Relativamente à Auditoria de Transição para a versão de 2015 da norma de referência, realizada pela APCER no final de Maio de 2018, foi verificado pela equipa auditora que a empresa demonstrou, através de ações planeadas, implementadas e monitorizadas, a capacidade do seu SGQ atingir os resultados pretendidos de acordo com o âmbito da norma de referência.

Foram constatadas 10 oportunidades de melhoria, não se tendo constatado nenhuma não conformidade, pelo que foi concedida a transição da certificação para o novo referencial normativo do Sistema de Gestão da Qualidade implementado.



12.2. Ações de Melhoria

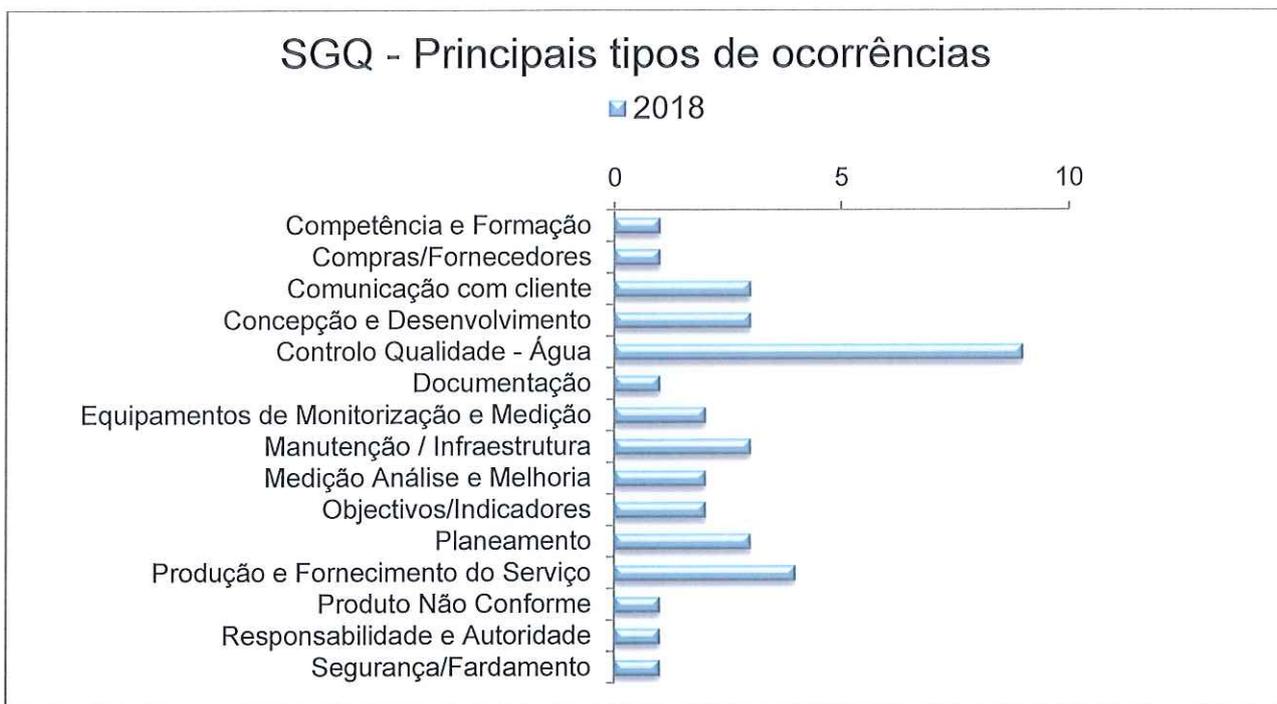
É apresentada no gráfico seguinte, a evolução das ocorrências, desde a implementação dos SGQ até ao momento. Registou-se uma ligeira diminuição no nº de ocorrências em 2018, mantendo-se o número de não conformidades (NC).



Destas ocorrências registadas em 2018, a maioria (70%) tem origem em constatações de auditoria, sendo que as restantes decorrem da Revisão pela Gestão (3%), de reclamações (3%) e 24% têm como origem outras fontes externas.

Relativamente ao tipo de ocorrências mais relevantes, são claramente as relacionadas com o controlo de qualidade da água, seguidas das relacionadas com a produção e fornecimento do serviço.

As causas destas ocorrências estão associadas a atividades mal definidas ou definidas de formas alternativas nos procedimentos e também a falhas ou ausência de material ou equipamento.



12.3. Reclamações e Sugestões de Clientes

Relativamente às respostas a todas as reclamações em 10 dias úteis (indicador interno), o indicador manteve-se durante o ano de 2018, atingindo novamente os 100%. As respostas escritas a todas as reclamações escritas mantêm-se nos 100% à semelhança dos anos transatos.

A análise referente ao tipo de reclamações recebidas e a sua afetação às diferentes áreas/tipologias será analisada e discutida na próxima Revisão do Sistema de Gestão.

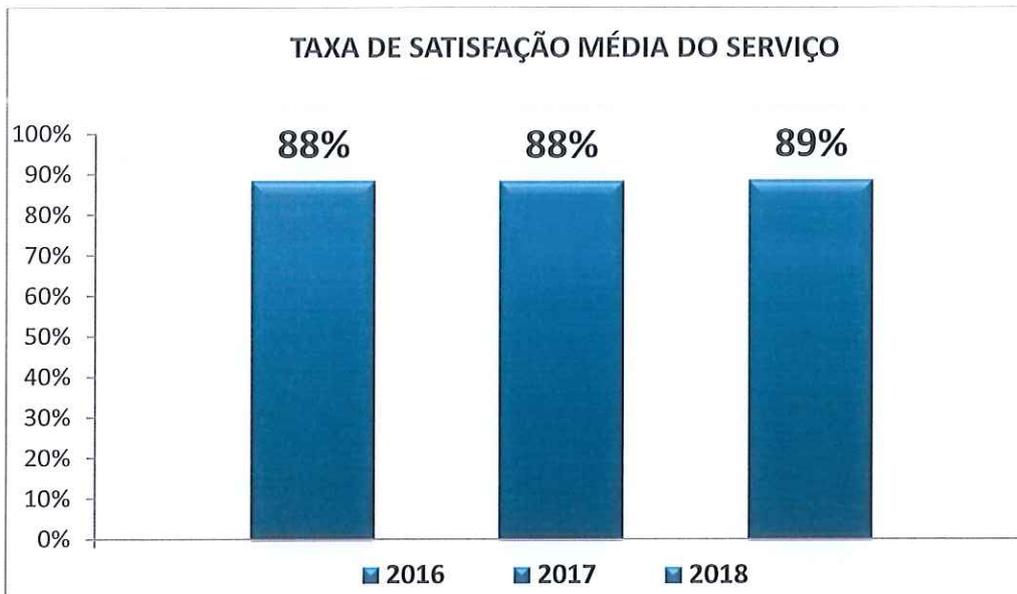
12.4. Avaliação da Satisfação dos Clientes

O inquérito da satisfação do cliente relativo aos serviços prestados em 2018 foi encerrado no dia 15 de Fevereiro, tendo-se obtido um total de 976 respostas, substancialmente mais elevado do que nos anos anteriores.

Nesta nova versão do formulário foram adicionadas questões gerais sobre as áreas de jardins, praias, recolha de monos e recolha porta-a-porta, áreas nunca antes abrangidas pelo inquérito, de forma a aferir a satisfação geral com estes serviços.

Voltou a usar-se o mesmo formato para esta auscultação, nomeadamente um inquérito desenhado no Google Form's, cujo link foi depois enviado via email a 8476 clientes, tendo o mesmo ficado também disponível na página da internet da Taviraverde.

A taxa de satisfação média do serviço registada foi de 88,6%, ligeiramente acima do ano anterior.



12.5. Avaliação de Fornecedores

O processo de avaliação dos fornecedores, relativamente ao desempenho no triénio 2016-2018, prevê a exclusão de apenas 1 fornecedor, sendo que para os restantes se verifica na generalidade um bom desempenho.

13. Atividades de Educação Ambiental

Semana da Criança e do Ambiente – 4 a 8 de junho 2018

A Taviraverde participou na celebração da semana da criança e ambiente, organizada pelo Município de Tavira, no Jardim do Coreto, em conjunto com outras entidades com atuação na área do concelho.

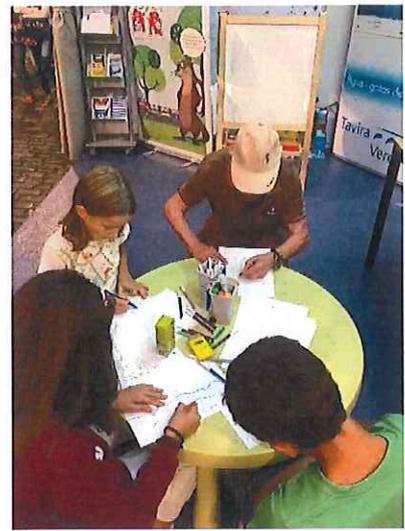
Durante toda a semana realizamos atividades para as crianças do pré-escolar e 1º ciclo, com jogos lúdicos de sensibilização para a problemática dos resíduos e promoção da reciclagem e consciência ambiental.



Feira de Dieta Mediterrânica – 6 a 9 de setembro 2018

A Taviraverde também esteve presente na VI Feira da Dieta Mediterrânica, que decorreu entre os dias 6 a 9 de setembro, com três campanhas, uma promovendo o consumo de água da torneira, outra com a campanha infantil sobre os resíduos/reciclagem e outra com a nova campanha “Reciclar é Fazer Futuro”.

Nesta feira, foram efetuadas atividades com as crianças, nas temáticas do ambiente, da água e dos resíduos. Foram também introduzidos, no ano de 2018, vídeos destinados a crianças e adultos sobre as temáticas ambientais mais relevantes, tais como, por exemplo, o problema relacionado com a dispersão de plásticos nos oceanos. Nesse sentido, o stand da Taviraverde, promoveu o uso de vasilhame próprio, em vez de copos de plástico, no nosso ponto de água.



Dia Nacional da Água- 1 de outubro 2018

A Taviraverde e o Município de Tavira, celebrou no dia 1 de outubro, o Dia Nacional da Água, numa ação de sensibilização que teve lugar na Escola Dom Manuel I em Tavira, para alunos dos 2º e 3º ciclo.

A ação titulada, "Água: da natureza à natureza", veio sensibilizar e alertar as camadas jovens para a importância da água como recurso essencial, que é urgente preservar, numa viagem por todo ciclo natural e urbano deste recurso.

Nesta abordagem, foi também debatida a problemática da contaminação dos oceanos por ação direta do Homem.



14. Litígios e Contingências

No ano de 2018, o acompanhamento constante das cobranças, feitas inteiramente pelos serviços internos da Tavraverde (DJ e DC), permitiu o ajustamento às condições do mercado e bem assim às decisões jurisprudenciais proferidas.

Efetivamente tem-se verificado acentuada inflexibilidade dos Tribunais na verificação da prescrição das dívidas da prestação de serviços da Tavraverde, a qual tem um prazo muito curto de seis meses. Assim, vai ficando inviabilizada a realização de diligências mais complexas de cobrança prévia à propositura da injunção, quando estão em causa, dívidas de valor elevado.

As cobranças pré-injunção excederam as metas estabelecidas, chegando aos 87% em valor e aos 67% em número de processos; nas cobranças pós-injunção e apesar da circunstância supra referida, foi atingida a meta estabelecida para a cobrança por número de processos.

No ano de 2018 registou-se ainda a recuperação de um crédito incobrado relativo a anos anteriores, recebimento integral dos valores em dívida no processo executivo interposto, no valor de 15.966,01€.

Contencioso Águas do Algarve, S.A. – Valores mínimos garantidos

Em valor, continua a destacar-se o contencioso que existe com a entidade Águas do Algarve, relacionado com o pagamento dos volumes mínimos garantidos de recolha de águas residuais dos anos de 2007 a 2011, dividido em dois processos, no ano de 2018, que tiveram importantes alterações em sentido positivo:

1) Ação relativa aos valores dos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010 (2.497.412,08€): na sequência do recurso apresentado pela Tavraverde e por decisão do Tribunal Central Administrativo Sul de 30 de maio de 2018, a procedência parcial do pedido decidida em julho de 2017, relativa ao valor

de €1.332.205,03 foi revogada e está, neste momento, novamente pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé a aguardar audiência prévia;

2) Ação relativa ao ano de 2011 (776.029,38€): foi declarada improcedente por efeito de prescrição e o recurso interposto pelas Águas do Algarve foi declarado improcedente por decisão de 10 de maio de 2018. A Águas do Algarve apresentou Recurso extraordinário, alegando existir jurisprudência contraditória quanto à questão, o qual aguarda decisão de admissão ou rejeição por parte do Supremo Tribunal de Justiça. O Tribunal Administrativo Central do Sul considerou, entretanto, improcedentes as alegadas nulidades imputadas ao acórdão, por decisão de 9 de novembro de 2018.

Ação Abílio Pereira – Pressão de Água fornecida

Na sentença proferida em 21/06/2018, o Tribunal de Tavira reconheceu que a obrigação de manutenção de pressão se cumpre no ponto de entrega. Caso esta ocorra, a obrigação da Tavraverde está cumprida, não sendo da responsabilidade da Tavraverde a manutenção de uma pressão que permita que, na “torneira”, a pressão atinja o mínimo legal.

O Tribunal considerou ainda que o mínimo legal é de 1 bar.

Com esta decisão, ficou clarificada uma questão fundamental na atividade da empresa.

Alojamento Local

O instituto do “Alojamento Local” suscitou elevada atividade a nível de contratação e alteração de contratos de prestação de serviços com a Tavraverde no ano de 2018, em virtude da incerteza causada por alterações legislativas, a nível civil e fiscal e decisões jurisprudenciais contraditórias quanto à matéria.

Com o fim de clarificar este processo, foi elaborada informação pública, divulgada na página internet da Tavraverde.

Contratação Pública

Na sequência da alteração ao Código dos Contratos Públicos que entrou em vigor em 01-01-2018, foram implementados dois novos procedimentos de aquisição, adaptados às necessidades (EMPREITADAS EM REGIME DE AJUSTE DIRETO SIMPLIFICADO) e à especificidade da atividade da empresa (SETORES ESPECIAIS), que se espera que venham a ter importante papel na agilização dos Aprovisionamentos na empresa.

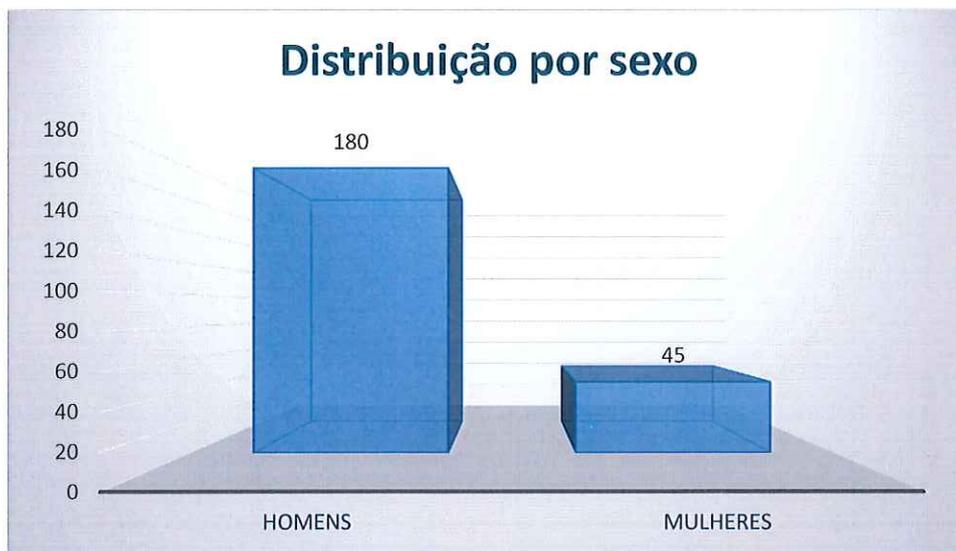
15. Recursos Humanos

O gráfico abaixo representa a evolução do número de trabalhadores desde do início da atividade da empresa até ao exercício de 2018.

O pessoal da empresa, em 31 de dezembro de 2018 era composto por 225 indivíduos, sendo 25 em cedência de interesse público dos quadros do Município, 190 do quadro da Empresa e 10 contratados a termo.



Quanto à percentagem dos colaboradores da empresa distribuídos por sexo, verificou-se a existência de 80% do sexo masculino e 20% do sexo feminino.



Através da análise do quadro abaixo, verifica-se que em 2018 a empresa registou 38 entradas de colaboradores e 32 saídas.

	2016	2017	2018	Variação 18/17	
Entradas	28	43	38	-5	-11,6%
Saídas	24	28	32	4	14,3%

Na análise da antiguidade verifica-se que os quadros da empresa são estáveis, dado que 80% dos funcionários está na empresa há mais de quatro anos, existindo nos quadros da empresa apenas 44 colaboradores com menos de 2 anos de antiguidade.

Antiguidade

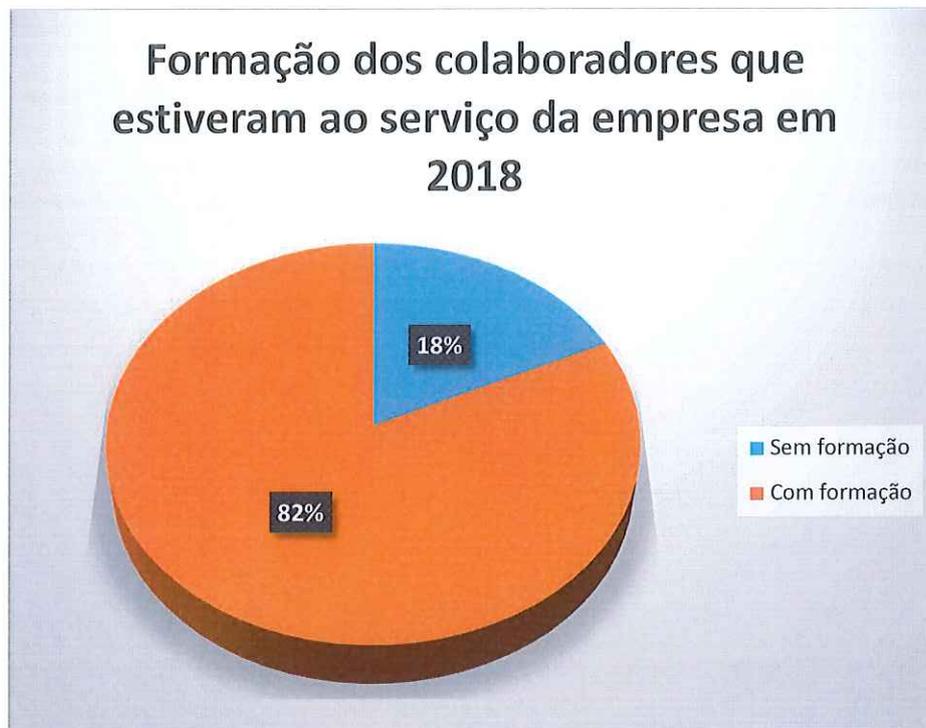
	2016	2017	2018	Variação 18/17	
Antiguidade média dos trabalhadores	206	220	225	5	2,3%
Antiguidade - <2	35	39	44	5	12,8%
Antiguidade - 2-4	34	30	30	0	0,0%
Antiguidade - 5-7	27	40	42	2	5,0%
Antiguidade - 8-10	69	42	27	-15	-35,7%
Antiguidade - >10	41	69	82	13	18,8%

No que diz respeito à escolaridade dos colaboradores da Taviraverde, a maioria, 70%, completou o ensino básico, 16% completaram o ensino secundário, 11% frequentaram o ensino superior e os restantes 3% não chegaram a completar a escolaridade obrigatória. Ao longo dos anos a Taviraverde tem incentivado os seus colaboradores a melhorarem a escolaridade, através de protocolos com escolas e financiando mestrados nas áreas da atividade da empresa.



No ano de 2018 foram realizadas 36 ações de formação que acumulam um total de 4140 horas de formação distribuídas por 82% dos colaboradores. Apenas 18% dos colaboradores não frequentaram ações de formação neste ano. Algumas das ações frequentadas foram em horário pós-laboral.

No ano 2018 a taxa mínima legal de formação de 35 horas foi cumprida.



Em 2018 a taxa de absentismo desceu ligeiramente, passando para 5,36% apesar de o número de horas de absentismo ser quase o mesmo. Há no entanto que referir que a taxa de absentismo por baixa prolongada representa 2,79% da taxa do absentismo total.

Absentismo

	2016	2017	2018	Variação 18/17	
Taxa de absentismo	5,05%	5,58%	5,36%	-0,22%	-3,9%
Horas de absentismo	20660	23969	23970	1	0,0%

No que diz respeito ao número de acidentes de trabalho, verificou-se um aumento de 50% relativamente ao ano anterior, apesar de o número de dias de baixa por acidente de trabalho ter diminuído.

O índice de frequência está no Médio. O índice de gravidade ainda se encontra ligeiramente superior a 2 devido a dois sinistrados se terem encontrado de baixa prolongada durante quase todo o ano, sendo um deles acidente no percurso de deslocação de casa para o local de trabalho.

Acidentes de trabalho

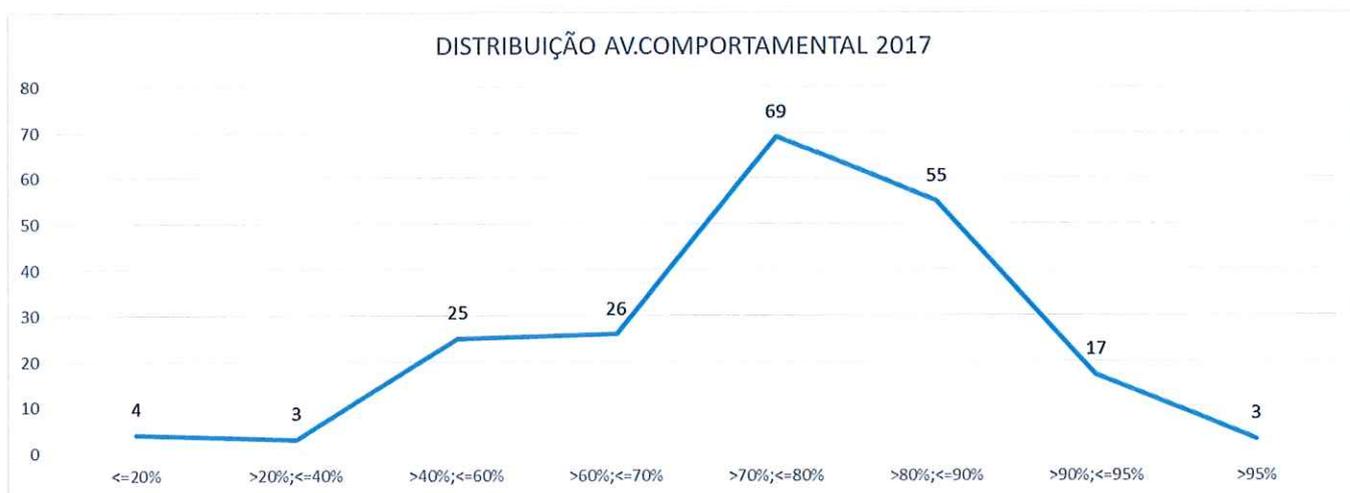
	2016	2017	2018	Variação 18/17	
Nº de acidentes de trabalho	17	14	21	7	50,0%
Nº de dias de acidente trabalho	1252	757	673	-84	-11,1%
Índice de frequência	42	39	61	22	56,4%
Índice de gravidade	2,82	2,02	1,95	-0,07	-3,5%
Índice de incidência	83,2	64	91,9	27,90	43,6%

Em 2018, com o desbloqueio das carreiras pelo Orçamento de Estado, foi implementado o manual de políticas de gestão de carreiras, retribuições e do desempenho da Taviraverde, com o objetivo de definir os princípios, conceitos, regras e sistemas que regulam o acesso e atribuições de categorias profissionais e funções dos trabalhadores, bem como as condições retributivas correspondentes e regras de progressão salarial e de carreira.

Em colaboração com o Município de Tavira foram efetuadas reuniões com os colaboradores em cedência de interesse público na Taviraverde de forma a explicar o seu reposicionamento na carreira no quadro do Município.

Em 2018 iniciou-se o novo processo de avaliação de desempenho, referente ao ano 2017. Por se tratar de um ano inicial, a avaliação foi baseada só em indicadores comportamentais.

O resultado da avaliação está representado no gráfico seguinte:



16. Investimento

O investimento total realizado em 2018 foi de 1.813.733,86€. Os principais investimentos foram em redes de águas de abastecimento e de águas residuais, estes investimentos foram objeto de candidatura ao POSEUR - PORTUGAL 2020.

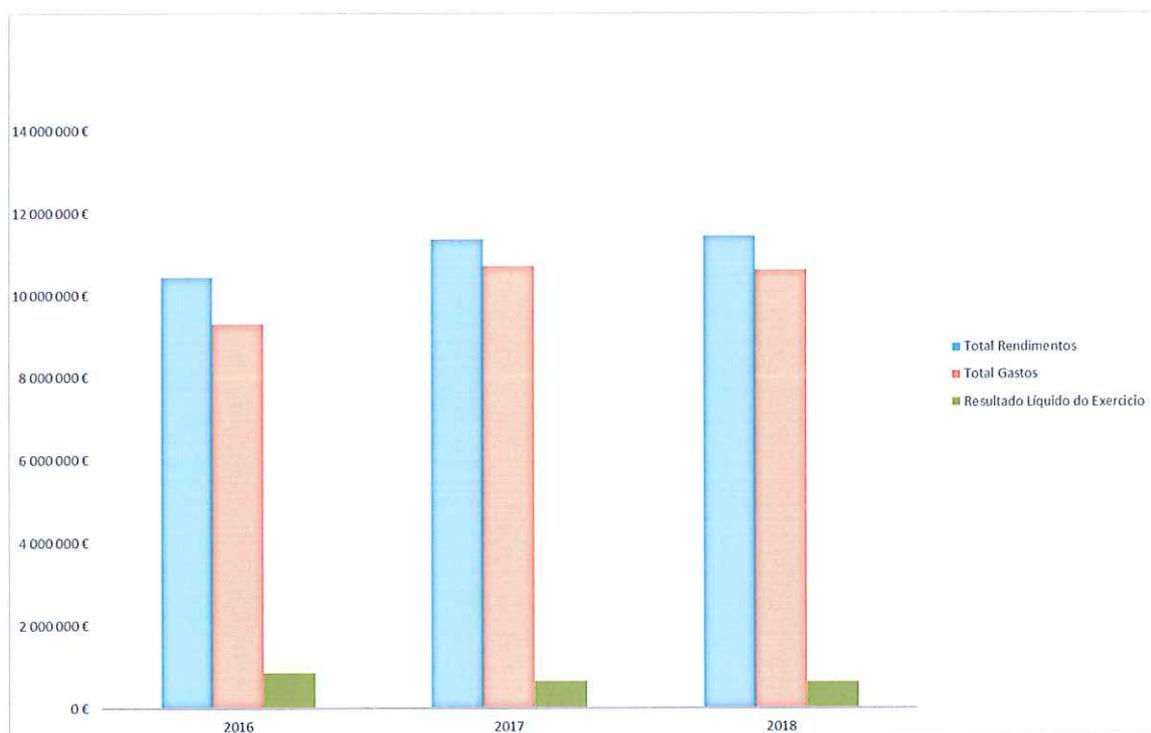
Investimento	2018	2017
CONDUTAS	937 086,93 €	323 881,60 €
Abastecimento de água - Conduas	352 700,43 €	- €
Abastecimento de água - Redes	438 273,35 €	62 452,31 €
Abastecimento de água - Ampliação	6 451,50 €	33 095,73 €
Abastecimento de água - Remodelação/Substituição	9 891,00 €	- €
Águas Residuais - Conduas Elevatórias	15 087,30 €	21 975,61 €
Águas Residuais - Redes	113 054,21 €	206 357,95 €
Águas Residuais - Ampliação	1 629,14 €	- €
CONSTRUÇÃO CIVIL	296 380,39 €	150 127,46 €
Reservatórios	9 075,50 €	- €
EE's Abastecimento	- €	- €
EE's Saneamento	66 251,84 €	1 032,75 €
Benfeitorias	221 053,05 €	149 094,71 €
EQUIPAMENTOS	185 477,76 €	73 898,24 €
Furos de captação	- €	- €
Reservatórios	- €	3 650,00 €
EE's Abastecimento	- €	- €
EE's Saneamento	128 835,73 €	- €
ETA's	- €	- €
Contadores	52 176,76 €	63 129,28 €
Equipamento Eletromecânico	4 465,27 €	7 118,96 €
Equipamento de Segurança	- €	- €
INVESTIMENTO EM RESIDUOS URBANOS	126 295,41 €	233 507,24 €
Equipamento de transporte	112 814,32 €	215 065,50 €
Ferramentas	13 481,09 €	18 441,74 €
INVESTIMENTO EM JARDINS e ESPAÇOS VERDES	108 252,79 €	1 261,10 €
Equipamento de transporte	76 509,13 €	- €
Ferramentas	31 743,66 €	1 261,10 €
OUTROS INVESTIMENTOS	160 240,58 €	166 284,39 €
Fiscalização de Obras	34 500,00 €	24 476,67 €
Aquisição de Terrenos	- €	- €
Outros	109 897,29 €	73 227,45 €
Software	15 843,29 €	68 580,27 €
Total	1 813 733,86 €	948 960,03 €

No quadro seguinte apresentamos os dados da candidatura, bem como os valores recebidos no ano de 2018.

CANDIDATURA- POSEUR PORTUGAL 2020	Aprovado - Custo Total	Aprovado - Elegível	Aprovado - Apoio Total	Apoio Pago em 2018
Abastecimento de Águas de Abastecimento	1 850 279,16 €	1 615 140,84 €	1 372 869,70 €	215 882,52 €
Recolha de Águas Residuais	504 916,99 €	490 226,12 €	416 692,20 €	363 531,57 €

17. Situação económica ou financeira

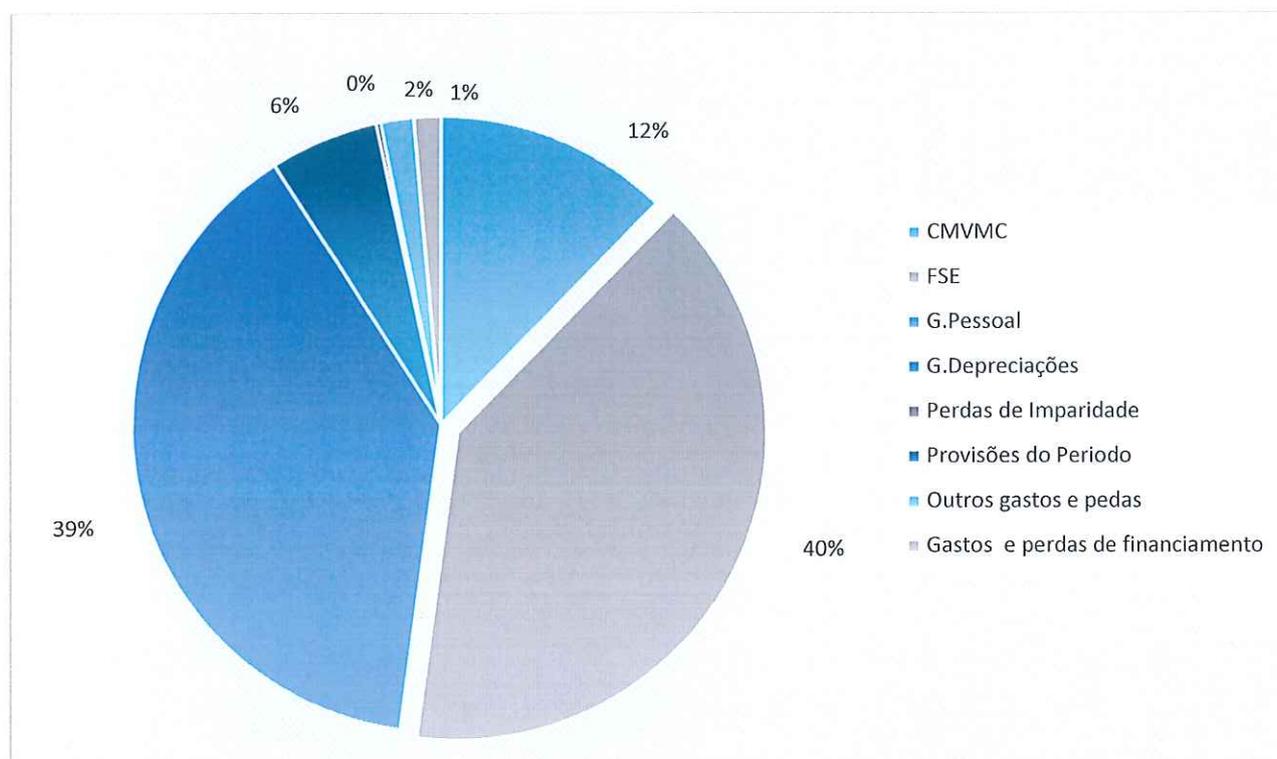
Em 2018, a empresa apresentou um desempenho económico positivo, concluindo o exercício com um resultado líquido positivo. No gráfico seguinte podemos observar o desempenho económico dos últimos três anos.



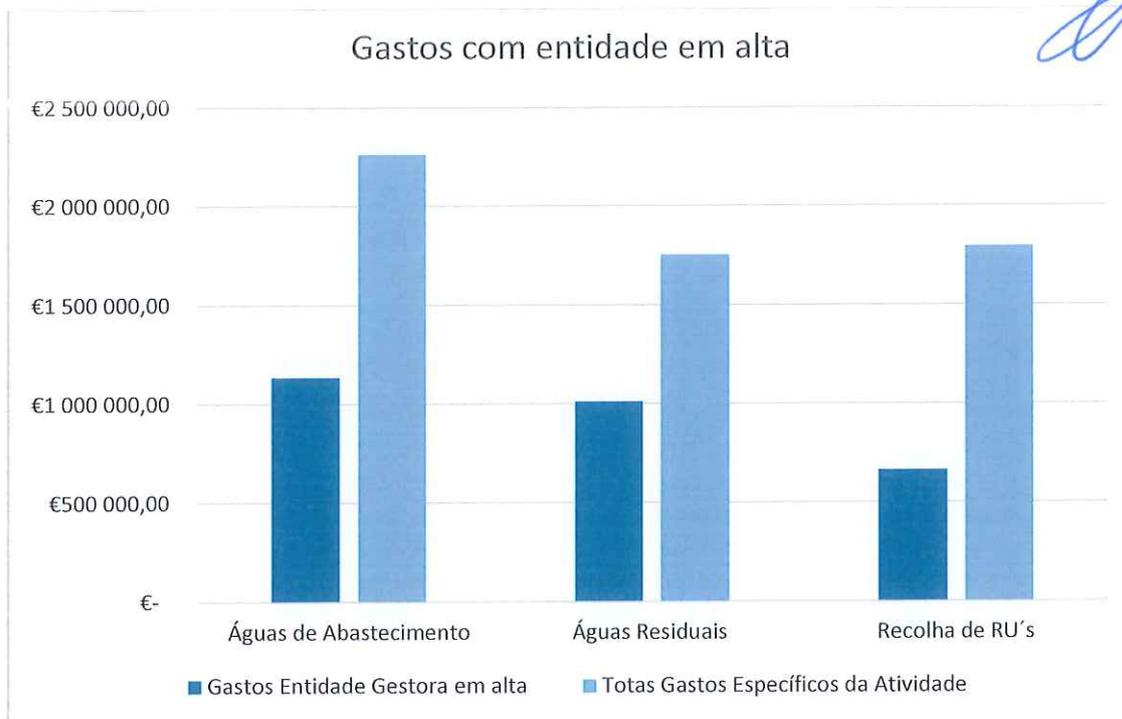
Estrutura de rendimentos mantém-se estável, o volume de negócios representa cerca de 84% dos rendimentos e os subsídios à exploração representam 14%, há semelhança dos anos anteriores. No que se refere ao peso das atividades, a distribuição águas de abastecimento representa 34%, a recolha de água residuais 24%, a recolha de resíduos urbanos 28%, sendo que os restantes 14% são atividades efetuadas no âmbito dos contratos-programa com o Município de Tavira. Esta estrutura também tem mantido o padrão, ao longo do último triénio, como podemos observar nos gráficos seguintes.



A estrutura de gastos também se mantém estável, os fornecimentos e serviços externos representam 40% a semelhança do ano anterior e os gastos com pessoal representam 39% com um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior, este deve-se à implementação da política de gestão de carreiras, retribuições e do desempenho.

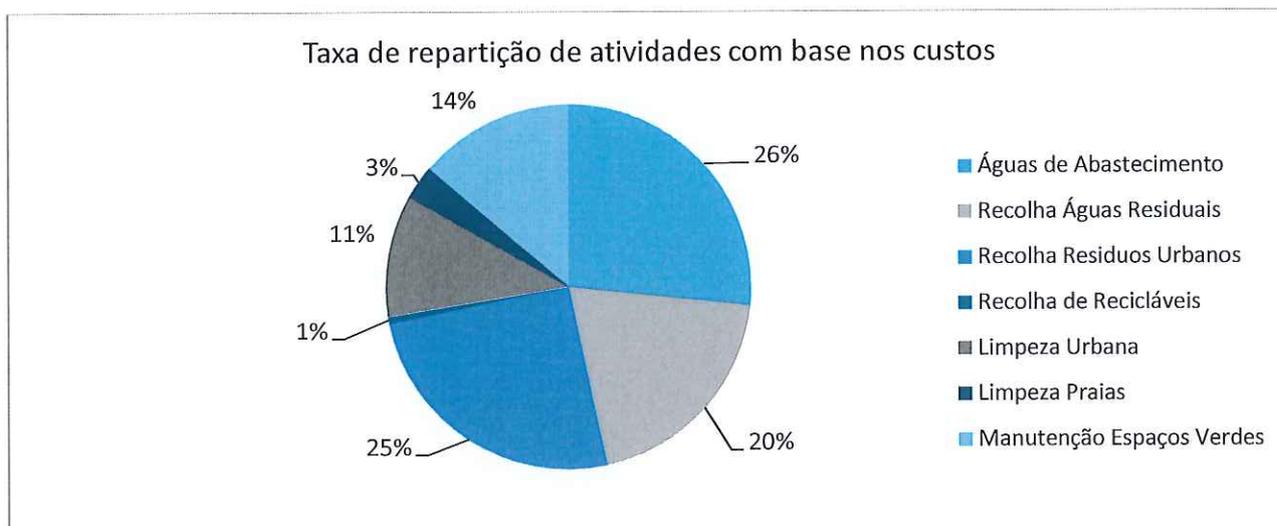


Os gastos com as entidades em alta, Águas do Algarve para as atividades de águas de abastecimento e águas residuais e Algar para a atividade de resíduos urbanos, representa 48% dos gastos específicos das atividades, conforme representado no gráfico seguinte.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

O gráfico seguinte demonstra a contribuição dos gastos de cada uma das atividades para os gastos totais da empresa.



Os Indicadores de rentabilidade em 2018 apresentam uma melhoria relativamente ao ano anterior, como podemos verificar no quadro seguinte.

Indicadores de rentabilidade		
	2018	2017
Rentabilidade dos Capitais próprios	14%	11%
Rentabilidade Económica do Ativo	9%	8%
Rentabilidade Líquidas das Vendas	7%	5%
Rentabilidade Operacional das Vendas	17%	14%

Os indicadores financeiros apresentam valores inferiores ao ano anterior, que se justifica essencialmente pela distribuição de dividendos.

Indicadores financeiros		
	2018	2017
Autonomia Financeira	27%	28%
Endividamento	73%	72%
Liquidez Geral	30%	54%

18. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício:

Não ocorreram acontecimentos subsequentes ao encerramento, que impliquem ajustamentos e, ou, necessidade de divulgação nas contas do exercício.

19. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não foram concedidas autorizações nos termos do artigo 397º do código das sociedades comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do seu nº 2, alínea e) do artigo 66º.

20. Perspetivas futuras

A administração da Taviraverde pretende dar continuidade ao plano estratégico da empresa, tendo definido para 2019, como principais os seguintes objetivos operacionais:

Área	Objetivos	Meta
Águas de Abastecimento	Controlo de perdas de água	≤16,50% e ≤420.000m ³
Águas Residuais	Controlo de estanquidade de redes de drenagem	≤105%
Resíduos Sólidos	Controlo da recolha de recicláveis totais	≥17 %
Obras	Cumprimento do plano de obras	≥90 %
Administrativo e Comercial	Taxa de cobrança efetiva dos valores em dívida (inclui a dívida não vencida)	≥98%
Qualidade	Redução do tempo de resposta a reclamações	≥98%

A Taviraverde pretende dar continuidade ao plano de investimentos, nomeadamente:

- Obras de redes de abastecimento de águas e redes de águas residuais, com o apoio da candidatura POSEUR;
- Projeto para controlo e redução de perdas de águas no sistema de abastecimento do concelho de Tavira, no valor aproximado de 1.500.000,00€ e submeter uma candidatura ao POSEUR.
- Início à obra de reabilitação do edifício da nova sede;
- Ampliação das instalações de Vale Caranguejo;
- Implementação do SI para o tratamento das ordens de serviço.

A Taviraverde em 2019 prevê assinar os seguintes contratos-programa com o Município de Tavira:

- Gestão da Limpeza Pública;
- Gestão da Limpeza de Praias.

Também prevê a renovação do contrato-programa para a gestão e manutenção dos espaços verdes do Concelho de Tavira.

Em 2019 prevê-se a assinatura do contrato de gestão delegada.

21. Proposta de aplicação de resultados

As contas, respeitantes ao exercício de 2018, conduziram a um resultado positivo de 640.520,32€ para o qual o Conselho de Administração propõe, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 29º dos estatutos da Tavraverde, a seguinte distribuição:

- 640.520,32 € (Seiscentos e quarenta mil, quinhentos e vinte euros e trinta e dois cêntimos) para distribuição de dividendos aos acionistas.

O Conselho de Administração também propõe o valor de 359.479,68€ de resultados transitados, referentes a lucros de anos anteriores, para distribuição de dividendos aos acionistas.

22. Agradecimentos



5

O Conselho de Administração da Taviraverde quer agradecer a todos os que contribuíram para os bons resultados da empresa no ano de 2018, designadamente:

Aos Clientes;

Aos Colaboradores;

Aos Acionistas;

Aos Fornecedores;

Às Entidades Bancárias;

Às Entidades Reguladoras.

Tavira, 15 de Março de 2019

O Conselho de Administração



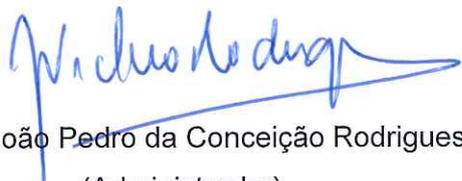
Jaime Luís Fernandes Costa

(Presidente)



António Manuel Dias Chaves Ramos

(Administrador)



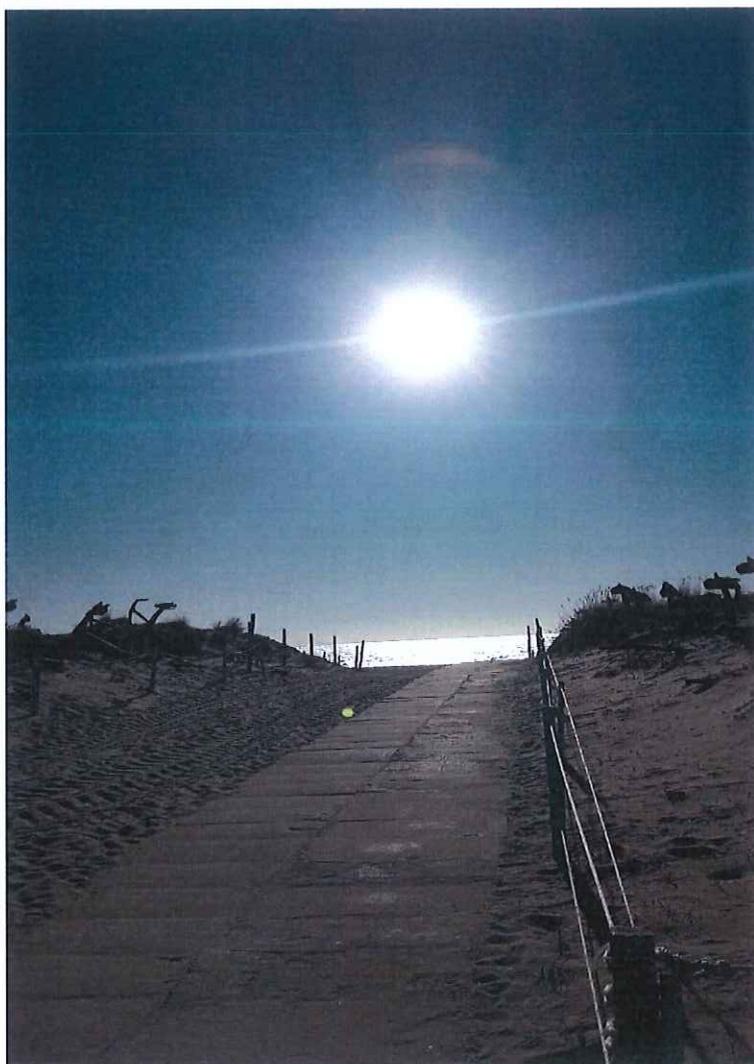
João Pedro da Conceição Rodrigues

(Administrador)

DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

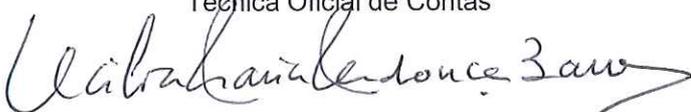


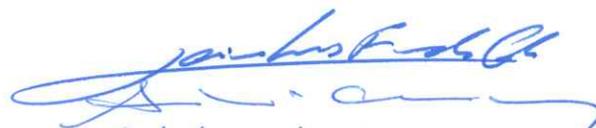
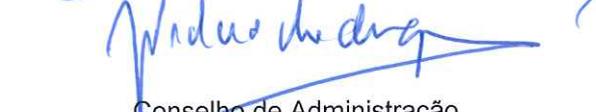
TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.
Balanço

PERIODO FINDO EM: 31 de Dezembro de 2018

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2018	2017
ACTIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	3, 8, 9	15.566.163,69	14.273.655,33
Propriedades de Investimento			0,00
Goodwill			0,00
Ativos Intangíveis	3, 7	66.704,81	78.725,66
Ativos Biológicos			0,00
Partes Financeiras - Método da Equivalência Patrimonial			0,00
Partes Financeiras - Outros Métodos			0,00
Acionistas/Sócios			0,00
Outros Ativos Financeiros	3	10.200,36	6.431,75
Ativos por Impostos Diferidos			0,00
		15.643.068,86	14.358.812,74
Ativo Corrente			
Inventários	3, 11	150.660,54	139.662,62
Ativos Biológicos			0,00
Clientes	3, 6, 17	646.766,10	688.214,72
Adiantamentos a Fornecedores			0,00
Estado e Outros Entes Públicos	3, 19	79.937,70	212.389,05
Acionistas/Sócios			0,00
Outras Contas a Receber	3	29.106,49	35.776,16
Deferimentos	19	315.331,72	243.279,45
Ativos Financeiros detidos para negociação			0,00
Outros Ativos Financeiros			0,00
Ativos Não Correntes Detidos Para Venda			0,00
Caixa e Depósitos Bancários	3, 4, 17	540.859,61	960.587,11
		1.762.662,16	2.279.909,11
TOTAL DO ACTIVO		17.405.731,02	16.638.721,85
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Realizado	3, 17	50.000,00	50.000,00
Ações (quotas) Próprias			0,00
Outros Instrumentos de Capital Próprio		246.103,50	246.103,50
Prémios de Emissão			0,00
Reservas Legais	3	10.000,00	10.000,00
Outras Reservas			0,00
Resultados Transitados	3	438.801,07	922.961,86
Ajustamentos em Ativos Financeiros			0,00
Excedentes de Revalorização			0,00
Outras Variações no Capital Próprio	3, 16	3.266.146,64	2.865.308,32

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2018	2017
Resultado Líquido do Exercício		640.520,32	515.839,18
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		4.651.571,53	4.610.212,86
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	13	1.371.006,50	1.371.006,50
Financiamentos Obtidos	3, 10, 13	5.507.481,21	6.184.652,72
Responsabilidades Pós-Emprego			0,00
Passivos por Imposto Diferidos			0,00
Outras Contas a Pagar			274.671,57
		6.878.487,71	7.830.330,79
Passivo Corrente			
Fornecedores	3, 6, 17	1.247.553,79	1.270.189,88
Adiantamento de Clientes			0,00
Estado e Outros Entes Públicos	3, 16, 19	321.755,90	239.723,24
Acionistas/Sócios		1.000.000,00	0,00
Financiamentos Obtidos	3, 9, 10, 17	1.251.983,04	1.059.376,76
Outras Contas a Pagar	3, 6, 17	2.046.984,89	1.614.024,16
Diferimentos	3,19	7.394,16	14.864,16
Passivos Financeiros detidos para negociação			0,00
Outros Passivos Financeiros			0,00
Passivos Não Correntes Detidos para Venda			0,00
		5.875.671,78	4.198.178,20
TOTAL DO PASSIVO		12.754.159,49	12.028.508,99
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		17.405.731,02	16.638.721,85

Técnica Oficial de Contas

 Cecília Maria Mendonça Barros



 Conselho de Administração
 Presidente – Jaime Luís Fernandes Costa
 Vogal – António Manuel Dias Chaves Ramos
 Vogal – João Pedro da Conceição Rodrigues

TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.
Demonstração de Resultados por naturezas

PERÍODO FINDO EM: 31 de Dezembro de 2018

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2018	2017
Vendas e Serviços Prestados	3,6,12,19	9.639.872,61	9.486.818,70
Subsídios à Exploração	14	1.610.816,07	1.574.382,39
Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos			
Variação de Inventários na Produção			
Trabalhos Para a Própria Empresa			
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias consumidas	11	-1.301.440,24	-1.360.123,48
Fornecimentos e Serviços Externos	3, 6, 19	-4.222.989,42	-4.254.179,90
Gastos com o Pessoal	6	-4.109.648,64	-3.623.076,88
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17	6.363,28	-4.695,79
Provisões (aumentos / reduções)		0,00	-582.981,41
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos / Reduções de Justo Valor	3	-0,44	0,00
Outros Rendimentos	12, 17, 19	154.497,26	279.375,03
Outros Gastos	19	-183.823,92	-166.011,87
Resultado antes de Depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.593.646,56	1.349.506,79
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações	7, 8, 9	-600.849,65	-556.680,76
Imparidade de Investimento depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		992.796,91	792.826,03
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares Suportados	3, 9, 10	-151.214,43	-142.965,64
Resultado antes de impostos		841.582,48	649.860,39
Imposto sobre o rendimento do período	3, 16	-201.062,16	-134.021,21
Resultado Líquido do Exercício		640.520,32	515.839,18

Técnica Oficial de Contas



Cecília Maria Mendonça Barros

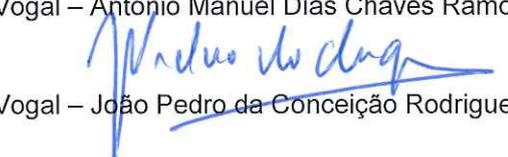
Conselho de Administração



Presidente – Jaime Luís Fernandes Costa



Vogal – António Manuel Dias Chaves Ramos



Vogal – João Pedro da Conceição Rodrigues





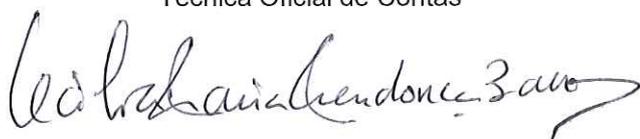

TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.
Demonstração de Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM: 31 de Dezembro de 2018

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2018	2017
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO</u>	-		
Recebimentos de Clientes		11.348.623,69	10.794.831,63
Pagamento a Fornecedores		-6.273.199,91	-5.788.519,23
Pagamento ao Pessoal		-3.644.911,82	-3.124.935,45
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		1.430.511,96	1.881.376,95
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		10.808,04	-314.409,21
Outros Recebimentos/Pagamentos		-621.018,69	-657.019,62
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		820.301,31	909.948,12
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>	-		
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-1.173.543,63	-999.980,82
<i>Ativos intangíveis</i>			0,00
<i>Investimentos financeiro</i>			0,00
<i>Outros Ativos</i>			0,00
Recebimentos respeitantes a:			0,00
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			0,00
<i>Ativos intangíveis</i>			0,00
<i>Investimentos financeiro</i>			0,00
<i>Outros Ativos</i>			0,00
<i>Subsídios ao investimento</i>		579.414,09	34.244,83
<i>Juros e rendimentos similares</i>			0,00
<i>Dividendos</i>			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-594.129,54	-965.735,99
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>	-		
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		540.000,00	1.840.000,00
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>			
<i>Cobertura de prejuízos</i>			
<i>Doações</i>			

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2018	2017
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		-1.024.565,23	-961.243,28
<i>Juros e gastos similares</i>		-161.334,04	-159.022,64
<i>Dividendos</i>		0,00	-769.446,29
<i>Redução de capital e outros instrumentos de capital próprio</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-645.899,27	-49.712,21
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)	4	-419.727,50	-105.500,08
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO			
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERIODO		960.587,11	1.066.087,19
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERIODO		540.859,61	960.587,11

Técnica Oficial de Contas



Cecília Maria Mendonça Barros

Conselho de Administração



Presidente – Jaime Luís Fernandes Costa



Vogal – António Manuel Dias Chaves Ramos



Vogal – João Pedro da Conceição Rodrigues

Entidade: TAVIRAVEDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.

Demonstração individual das alterações no capital próprio - período findo em 31 de dezembro de 2018

Euro

DESCRÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio			
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em Ativos e Passivos Financeiros	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	Total					
6		50 000,00	246 103,50	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 865 308,32	922 961,86	515 839,18	4 610 212,86	0,00	4 610 212,86
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018																
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização																
Excedentes de revalorização																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400 838,32	0,03	0,00	400 838,35	0,00	400 838,35
7																
8	16												640 520,32	640 520,32		640 520,32
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													640 520,32	640 520,32		640 520,32
9=7+8													640 520,32	640 520,32	0,00	1 041 358,67
RESULTADO INTEGRAL																
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realizações de capital														0,00		0,00
Realizações de prémios de emissão														0,00		0,00
Distribuições	19												-484 160,82	-515 839,18		-1 000 000,00
Entradas para cobertura de perdas														0,00		0,00
Outras operações														0,00		0,00
10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-484 160,82	-515 839,18	-1 000 000,00	0,00	-1 000 000,00
6+7+8+9		50 000,00	246 103,50	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 265 146,64	438 801,07	640 520,32	4 651 571,53	0,00	4 651 571,53
+10																
8+4*POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017																

Técnica Oficial de Contas

Cecília Maria Mendonça Barros

Cecília Maria Mendonça Barros

Conselho de Administração

Jaime Luís Fernandes Costa

Presidente – Jaime Luís Fernandes Costa

António Manuel Dias Chaves Ramos

Vogal – António Manuel Dias Chaves Ramos

João Pedro da Conceição Rodrigues

Vogal – João Pedro da Conceição Rodrigues

Entidade: TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.
Demonstração individual das alterações no capital próprio - período findo em 31 de dezembro de 2017

EURO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em Ativos e Passivos Financeiros	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período			Total
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017		50 000,00	246 103,50	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 015 044,67	922 961,86	861 738,48	5 105 848,51	0,00	5 105 848,51
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contábilístico												0,00		0,00
Alterações de políticas contábilísticas												0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização												0,00		0,00
Excedentes de revalorização												0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-149 736,35	0,00	0,00	0,00	-149 736,35	0,00	-149 736,35	
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-149 736,35	0,00	0,00	0,00	-149 736,35	0,00	-149 736,35	
3	16											515 839,18		515 839,18
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												515 839,18		515 839,18
4=2+3												515 839,18		515 839,18
RESULTADO INTEGRAL												366 102,83		366 102,83
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												0,00		0,00
Realizações de capital												0,00		0,00
Realizações de prémios de emissão												0,00		0,00
Distribuições												0,00		0,00
Entradas para cobertura de perdas	19											-861 738,48		-861 738,48
Outras operações												0,00		0,00
5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-861 738,48	0,00	-861 738,48
6=1+2+3+5		50 000,00	246 103,50	10 000,00	0,00	0,00	2 865 308,32	0,00	0,00	922 961,86	515 839,18	4 610 212,86	0,00	4 610 212,86

Técnica Oficial de Contas

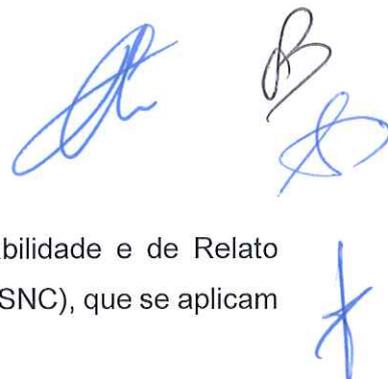
Cecília Maria Mendonça Barros
 Cecília Maria Mendonça Barros

Conselho de Administração

Presidente – Jaime Luis Fernandes Costa

Vogal – António Manuel Dias Chaves Ramos

Vogal – João Pedro da Conceição Rodrigues



Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que se aplicam à Empresa, em referência ao exercício de 2018.

1. Identificação da entidade

Designação da sociedade

A empresa foi constituída em 28 de Fevereiro de 2005 com a denominação Tavraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.

Sede da empresa

A empresa tem a sua sede na Rua 25 de Abril, nº 1 – R/C Esq., 8800-347 Tavira

Natureza da atividade

A 1 de Março de 2005 a empresa iniciou a sua atividade de gestão, exploração, manutenção e conservação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público, recolha e rejeição de águas residuais domésticas, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e higiene e limpeza pública, manutenção construção e gestão de espaços públicos no concelho de Tavira.

Designação da empresa-mãe

A Tavraverde - Empresa Municipal de Ambiente E.M. é uma empresa municipal de capitais maioritariamente públicos e é detida em 51% pelo Município de Tavira .

Sede da empresa-mãe

A empresa-mãe tem a sua sede na Praça da República , 8800-951 Tavira.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Sistema de Normalização Contabilística

Em 31 de Dezembro de 2018, a preparação das demonstrações financeiras foi efetuada de acordo o Sistema de Normalização Contabilista (SNC).

Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não existem contas do balanço e da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As bases de preparação das demonstrações financeiras constantes dos anexos da Portaria nº 220/2015, de 24 de julho que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC ;
- As NCRF em vigor na presente data.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens de sua propriedade utilizados na produção, prestação de serviços ou no uso administrativo.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e amortizados pelo método duodécimal utilizando as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica gastos/reversões de depreciação e amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

b) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis correspondem aos programas informáticos, com contrato de continuidade, e são registados ao custo de aquisição.

Os contratos de manutenção dos referidos ativos são contabilizados em gastos no exercício em que ocorrem.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica gastos/reversões de depreciação e amortização.

c) Subsídios ao Investimento

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de ativos tangíveis, estão registados no balanço na rubrica: outras variações no capital próprio.

Mensalmente é calculada e transferida para a conta de outros rendimentos e ganhos do exercício, a quota parte do montante do subsídio através do processo da amortização durante a vida útil do ativo.

d) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

i) Passivos por Impostos Diferidos

Os passivos por impostos diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos passivos da empresa.

Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço;

- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

ii) Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A empresa é tributada em sede de imposto sobre o rendimento à taxa de 21 %.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

e) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas adotou-se o custo médio ponderado.

f) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas pelo justo valor da retribuição a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

A imparidade é determinada com base nos critérios económicos tendo em conta a legislação em vigor.

g) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

h) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;

i) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

j) Rubricas dos Capitais Próprios

▪ Capital Realizado

O capital social encontra-se totalmente realizado à data das demonstrações financeiras.

▪ Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas, em espécie, pelo acionista de direito público, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 32 do CSC).

▪ Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC)

▪ Resultados Transitados

Esta rubrica inclui resultados transitados apurados de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites (PCGA) anteriores a 2010 e ajustamentos efetuados de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

▪ Outras variações no capital próprio

Esta rubrica inclui os passivos por impostos diferidos de acordo com a alínea d) e os subsídios do governo de acordo com a alínea c).

k) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo nominal.

Estão registados os empréstimos bancários e as locações financeiras.

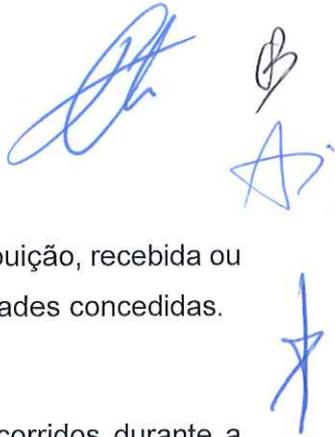
l) Outras Contas a Pagar

As restantes contas a pagar não vencem juros, nem têm implícitos quaisquer juros, pelo que estão mensuradas ao custo.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

m) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.



n) Vendas e Prestação de Serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição, recebida ou a receber, deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

o) Trabalhos para a Própria Entidade

É contabilizada nesta rubrica a capitalização dos gastos de financiamento ocorridos durante a construção dos ativos.

p) Fornecimento e Serviços Externos

São registados em fornecimentos e serviços externos todos os custos debitados por terceiros referentes a elaboração dos bens reversíveis.

q) Juros e Gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros bancários;
- Juros de financiamentos em locação financeira;

Outras políticas contabilísticas relevantes

Não existem outras políticas contabilísticas de relevo para além das mencionadas no ponto 3.1.

Juizados de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

- **Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a empresa opera.

Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte:

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

r) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

4. Fluxos de Caixa

Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos incluídos em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso à data das demonstrações.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e Bancos	2018	2017
Caixa	2 150,00	2 200,00
Depósitos à Ordem	538 709,61	958 387,11
	540 859,61	960 587,11

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não ocorreram, durante o ano, alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores, conforme o preceituado na NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas e Erros.

6. Partes Relacionadas

Relacionamentos com empresas-mãe

- a) Nome da empresa-mãe imediata

Município de Tavira

- b) Nome da empresa-mãe controladora final

Município de Tavira

Remunerações do pessoal chave da gestão:

- a) Total de remunerações:
b) Total de benefícios de curto prazo dos empregados:
c) Total de benefícios pós-emprego:
d) Total de outros benefícios de longo prazo:
e) Total de benefícios por cessação de emprego:
f) Total de pagamentos com base em ações:

Remunerações dos Órgãos de Gestão	2018	2017
Total de remunerações	102 078,86	107 978,34
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	-	-
Total de benefícios pós-emprego	-	-
Total de outros benefícios de longo prazo	-	-
Total de benefícios de longo prazo	-	-
Total de benefícios por cessação de emprego	-	-
Total de pagamentos com base em ações	-	-
Total de remunerações do pessoal chave de gestão	102 078,86	107 978,34

Transacções entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Natureza do relacionamento		
Partes Relacionadas	Serviços que prestam / Transações que faz	Serviços que recebem / Transações que recebe
Município Tavira	Fornecimento de Águas de Abastecimento, recolha de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos Urbanos	Assistência Técnica
	Manutenção dos espaços verdes	Taxa Ocupação Lojas do Mercado
	Limpeza das Praias	Taxa de Ocupação Via Pública
	Limpeza Espaços Públicos	
	Limpeza de Fossa	
AGS		Assistência Técnica
		Disponibilização de Serviços SIG
		Apoio para Melhoria da Eficácia e Eficiência na Gestão Operacional
		Micro produção de energia
		Atualização de Base dados de Legislação
		Fornecimento e montagem de válvula + outros equipamentos
		Sistema telemetria
		Waterwise/Workwise
		Análises Águas Residuais
		Serviços de manutenção corretiva, preventiva e condicionada, aplicada aos equipamentos eletromecânicos

b) Transações e saldos pendentes:

i) Quantia das transações:

Saldos Pendentes			
Partes Relacionadas	Anos	Contas a Receber	Contas a Pagar
Município Tavira	2018	209 455,75	0,00
	2017	159 126,85	448,00
	2016	18 009,16	65 558,37
AGS	2018	0,00	56 684,83
	2017	0,00	52 045,85
	2016	0,00	98 862,00

ii) Quantia dos saldos pendentes:

Quantias das Transações					
Partes Relacionadas	Anos	Vendas / Prestação de serviços	Compra de Bens, Serviços e outros	Subsídios à Exploração	Taxas
Município Tavira	2018	258 871,25	272 654,88	1 603 346,07	6 790,28
	2017	285 992,55	272 022,93	1 566 897,73	6 720,00
	2016	281 748,91	247 557,34	1 548 353,76	0,00
AGS	2018	0,00	363 312,12	0,00	0,00
	2017	0,00	355 858,86	0,00	0,00
	2016	0,00	311 136,21	0,00	0,00

- iii) Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes:

Não existem quaisquer ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionadas com a quantia de saldos pendentes.

- iv) Gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas:

Não existem gastos reconhecidos durante o período respeitantes a dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas.

7. Ativos Intangíveis

No Ativo Intangível estão registados os programas informáticos com contratos de continuidade.

Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

- a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

Todos os Ativos Intangíveis têm vida finita, de acordo com o contrato de continuidade do software.

- b) Métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

- c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período

Ver quadro da alínea e) do presente parágrafo.

- d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída

As amortizações dos Ativos Intangíveis estão refletidos na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização."

- e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

Ativos Intangíveis											
	01.01.2017	Adições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2017	Adições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2018
Programas de Computadores	212 982,21	68 580,16				281 562,37	17 984,79			1 247,50	298 299,66
Em curso	0,00					0,00					0,00
	212 982,21	68 580,16	0,00	0,00	0,00	281 562,37	17 984,79	0,00	0,00	1 247,50	298 299,66
Amortizações / Imparidade	176 664,72	26 171,99				202 836,71	30 005,64			1 247,50	231 594,85
	176 664,72	26 171,99	0,00	0,00	0,00	202 836,71	30 005,64	0,00	0,00	1 247,50	231 594,85
Ativos Intangíveis	36 317,49	42 408,17	0,00	0,00	0,00	78 725,66	-12 020,85	0,00	0,00	0,00	66 704,81

Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras

Ver quadro da alínea e) do ponto 7.

8. Ativos Fixos Tangíveis

Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

- a) **Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta;**

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas na alínea a) do ponto 3.

- b) **Métodos de depreciação usados;**

Os métodos de depreciação usados encontram-se descritos na alínea a) do ponto 3.

- c) **Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;**

As taxas de depreciação usadas encontram-se descritas na alínea a) do ponto 3.

d) **Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;**

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período encontra-se apresentada no Quadro da alínea e) do presente item.

e) **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.**

Ativos Tangíveis											
	01.01.2017	Adições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2017	Adições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2018
Terrenos e Recursos Naturais	287 280,38	0,00	0,00	0,00	0,00	287 280,38	0,00	0,00	0,00	0,00	287 280,38
Edifícios e Outras Construções	14 813 966,16	172 575,65	129 317,76	0,00	71 172,36	15 044 687,21	159 046,04	222 452,40	541,00	33 506,28	15 392 138,37
Equipamento Básico	2 030 553,47	106 734,29	0,00	434 671,17	0,00	1 702 616,59	114 773,63	0,00	15 386,88	6 717,98	1 795 285,36
Equipamento Transporte	1 680 790,27	215 065,50	0,00	0,00	0,00	1 895 855,77	189 323,45	0,00	0,00	0,00	2 085 179,22
Equipamento Administrativo	483 132,00	34 007,46	44 433,28	2 360,40	0,00	559 212,34	53 134,84	25 261,33	7 557,07	25 378,62	604 672,82
Outros Ativos Fixos Tangíveis	347 019,06	15 492,91	0,00	0,00	199,61	362 312,36	71 846,49	0,00	0,00	8 376,68	425 782,17
Em curso	458 313,11	404 282,28	-173 751,04	0,00	0,00	688 844,35	1 297 630,96	-242 776,67	0,00	0,00	1 743 698,64
	20 101 054,45	948 158,09	0,00	437 031,57	71 371,97	20 540 809,00	1 885 755,41	4 937,06	23 484,95	73 979,56	22 334 036,96
Amortizações / Imparidade											
Edifícios e Outras Construções	2 932 862,40	339 154,87	0,00	0,00	27 627,77	3 244 389,50	344 376,58	0,00	160,05	6 444,96	3 582 161,07
Equipamento Básico	1 414 102,05	84 162,25	0,00	434 671,17	0,00	1 063 593,13	87 680,99	0,00	15 386,89	6 717,98	1 129 169,25
Equipamento Transporte	1 316 902,92	60 893,91	0,00	0,00	0,00	1 377 796,83	80 116,54	0,00	0,00	0,00	1 457 913,37
Equipamento Administrativo	351 965,15	27 952,48	0,00	2 360,40	0,00	377 557,23	37 521,06	0,00	11 897,73	20 878,58	382 301,98
Outros Ativos Fixos Tangíveis	185 690,75	18 315,45	0,00	0,00	189,22	203 816,98	20 362,04	0,00	0,00	7 851,42	216 327,60
	6 201 523,27	530 478,96	0,00	437 031,57	27 816,99	6 267 153,67	570 057,21	0,00	27 444,67	41 892,94	6 767 873,27
Ativos tangíveis	13 899 531,18	417 679,13	0,00	0,00	43 554,98	14 273 655,33	1 315 698,20	4 937,06	-3 959,72	32 086,62	15 566 163,69

Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Existem dois ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

- Prédio Urbano sob o artigo 4912 no valor de 201.400 €, referente ao empréstimo bancário de médio longo prazo na C. C. Agrícola;
- Prédio urbano sob o artigo 3167 no valor de 280.000 €, referente ao empréstimo bancário de médio longo prazo no Banco Comercial Português.

Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.

As depreciações não foram incluídas como parte do custo de outros ativos tendo sido integralmente reconhecida em resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Depreciação acumulada no final do período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.

9. Locações

Locações financeiras — locatários:

A Tavraverde, à data de 31 de Dezembro de 2018, não tem contratos de locação financeira.

- a) Quantia escriturada líquida à data do balanço para cada categoria de ativo
- b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente
- c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos
 - i) Não mais de um ano;
 - ii) Mais de um ano e não mais de cinco anos;
 - iii) Mais do que cinco anos
- d) Rendas contingentes reconhecidas no resultado do período
- e) Descrição geral dos acordos de locação significativos incluindo (pelo menos) o seguinte
 - i) Base pela qual é determinada a renda contingente a pagar
 - ii) Existência e cláusulas de renovação ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento
 - iii) Restrições impostas por acordos de locação, tais como as que respeitam a dividendos, dívida adicional, e posterior locação

10. Custos de empréstimos obtidos

Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

A política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos encontra-se descrita na alínea k) do ponto 3.

Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período

Durante o período não foram capitalizados custos dos empréstimos.

11. Inventários

Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e respectivas fórmulas de custeio usadas encontram-se descritas na alínea e) do ponto 3.

Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

Quantia Total de Inventários		
Inventários	2018	2017
Mercadorias	360,00	360,00
Matérias-primas	150 300,54	139 302,62
	150 660,54	139 662,62

Quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custos de venda (no caso de corretores/ negociantes)

Não aplicável

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

Quantia de Inventários reconhecida como Gasto			
	Mercadorias	Matérias-primas	Total
Existências em 01-01-2017	360,00	139 980,17	140 340,17
Compras	1 362 051,16	217 658,11	1 579 709,27
Regularização Existências	-172 179,20	-48 084,14	-220 263,34
Existências em 31-12-2017	360,00	139 302,62	139 662,62
Gasto do Exercício	1 189 871,96	170 251,52	1 360 123,48
Existências em 01-01-2018	360,00	139 302,62	139 662,62
Compras	1 311 796,70	230 047,60	1 541 844,30
Regularização Existências	-175 226,15	-54 179,99	-229 406,14
Existências em 31-12-2018	360,00	150 300,54	150 660,54
Gasto do Exercício	1 136 570,55	164 869,69	1 301 440,24

12. Rédito

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços encontram-se descritos na alínea n) do ponto 3.1.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

a) **Venda de bens**

Venda de Bens		
	2018	2017
Venda de água	2 447 289,17	2 508 879,74
	2 447 289,17	2 508 879,74

b) **Prestação de serviços**

Prestação de Serviços		
	2018	2017
Águas de Abastecimento	1 320 082,70	1 267 818,35
Águas Residuais	2 681 972,48	2 692 824,34
Recolha de Resíduos Urbanos	3 190 528,26	3 017 296,27
	7 192 583,44	6 977 938,96

c) **Juros**

Juros		
	2018	2017
Juros Cobrança Fora de prazo	8 956,86	4 468,46
	8 956,86	4 468,46

13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Divulgações para cada classe de previsão:

a) **Quantia escriturada no começo e no fim do período:**

Provisões				
Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para processos judiciais em curso	1 371 006,50	-	-	1 371 006,50
	1 371 006,50	0,00	0,00	1 371 006,50

Os valores provisionados referem-se ao contencioso existente com a entidade Águas do Algarve, relativo ao pagamento de Valores Mínimos Garantidos no âmbito do Contrato de Recolha de Saneamento.

Ação relativa aos valores dos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010 (2.497.412,08€): na sequência do recurso apresentado pela Taviraverde e por decisão do Tribunal Central Administrativo Sul de 30 de maio de 2018, a procedência parcial do pedido decidida em julho de 2017, relativa ao valor de 1.332.205,03€ foi revogada e está, neste momento, novamente pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé a aguardar audiência prévia, o valor encontra-se totalmente provisionado.

Relativamente ao processo nº 126/14.2BELLE foi proferida decisão a favor da Taviraverde com o Tribunal a considerar prescrita a dívida. Houve entretanto interposição de recurso pela autora Águas do Algarve. De acordo com o entender do Departamento jurídico da Taviraverde, existe fraca probabilidade de sucesso quanto a este recurso, pelo que, entendeu-se constituir apenas uma provisão de 39 mil euros, por mera prudência.

14. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras:

As políticas contabilísticas adotadas para os subsídios do governo encontram-se descritos na alínea c) do ponto 3.

Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecido nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

Subsídios à exploração atribuídos pelo Município de Tavira, no âmbito dos contratos de gestão de limpeza de praias e contrato programa para a gestão e manutenção dos espaços verdes públicos do concelho de Tavira:

Contratos Programa		
	2018	2017
Espaços Verdes e Lagos	1 305 546,03	1 322 579,79
Limpeza de Praias	297 800,04	244 317,94
	1 603 346,07	1 566 897,73

- Subsídios à exploração para a área dos recursos humanos conforme quadro abaixo:

Estágios, Estímulos à Contratação e Formação		
	2018	2017
Instituto de Emprego e Formação Profissional	7 470,00	6 231,37
POPH	0,00	1 253,29
	7 470,00	7 484,66

15. Acontecimentos após a data do balanço

Autorização para emissão

- a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

As demonstrações financeiras foram aprovadas a 18 Janeiro de 2019 pelo Conselho de Administração da empresa.

- b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações após a data do balanço que originassem atualizações quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Para cada categoria material de tais acontecimentos:

- Natureza do acontecimento;
- Estimativa do efeito financeiro (ou declaração de que tal estimativa não pode ser feita).

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço que tenham dado lugar a ajustamentos.

16. Imposto sobre o rendimento

Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

- O Gasto (rendimento) por impostos correntes

O Gasto (rendimento) por Impostos correntes		
	2018	2017
IRC do ano	- 201 062,16	-134 021,21
	-201 062,16	-134 021,21

Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio

Handwritten initials: A B

Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

- a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa (s) de imposto aplicável (eis) e indicação da base pela qual a taxa (s) de imposto aplicável (eis) é (são) calculada (s); ou
- b) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável

Handwritten mark: A

Handwritten mark: A

O Gasto (rendimento) por Impostos correntes			
	Base de Imposto		Taxa de Imposto
	2018	2017	2017
Resultado antes de impostos	841 582,48	649 860,39	
<u>Variações patrimoniais</u>			
Taxa de imposto sobre rendimento	21,0%	21,0%	
	176 732,32 €	136 470,68 €	21,00%
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais			
<u>IRC</u>			
Multas, coimas, juros compensatórios	1 434,87 €	76,25 €	
Correções Relativas a exercícios anteriores	27 963,33 €	11 763,73 €	
Menos-valias contabilísticas	32 457,59 €	43 290,98 €	
Outros	0,00 €	0,00 €	
	61 855,79 €	55 130,96 €	7,35%
<u>Proveitos não tributáveis</u>			
Mais-valias contabilísticas	7 240,53 €	108 110,63 €	
Correções Relativas a exercícios anteriores	20 126,75 €	0,00 €	
Redução de provisões tributadas	0,00 €	4 078,30 €	
Excesso da estimativa para impostos	28 144,46 €	60 393,28 €	
	55 511,74 €	172 582,21 €	6,60%
Lucro tributável	847 926,53 €	532 409,14 €	
Taxa de imposto sobre rendimento	21,0%	21,0%	
Imposto calculado	178 064,57 €	111 805,92 €	21,16%
Derrama	0,00 €	0,00 €	0,0%
Tributação autónoma	22 997,59 €	22 215,29 €	2,7%
Imposto sobre o rendimento	201 062,16 €	134 021,21 €	23,89%

Explicação de alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

Ao IRC não foi acrescida Derrama pelo facto do Município de Tavira, em 2018, não ter fixado qualquer taxa de derrama.

17. Instrumentos financeiros

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do ponto 3:

- ✓ Alínea f) – Clientes
- ✓ Alínea h) – Caixa e Bancos
- ✓ Alínea k) – Financiamentos Obtidos
- ✓ Alínea l) – Contas a Pagar
- ✓ Alínea m) – Fornecedores

Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade são os indicados no quadro seguinte:

Ativos Financeiros		
	2018	2017
Clientes	646 766,10	688 214,72
Caixa e depósitos bancários	540 859,61	960 587,11
	1 187 625,71	1 648 801,83

Os Clientes decompõem-se da seguinte forma:

Clientes		
Clientes	2018	2017
Clientes gerais	751 796,40	765 064,60
Estado	16 031,98	19 389,37
Clientes Caução	-350 664,38	-276 566,44
Clientes por acréscimo	4 546,76	-721,62
Clientes partes relacionadas Acionista Público	209 455,75	159 126,85
Clientes em imparidade	232 377,55	247 018,51
Clientes perdas imparidade acumuladas	-216 777,96	-225 096,55
	646 766,10	688 214,72

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

Imparidades				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Imparidade de dívidas a receber	225 096,55	6 522,47	14 841,06	216 777,96
	225 096,55	6 522,47	14 841,06	216 777,96

b) Instrumentos de capital próprio mensurado ao custo

Não aplicável

c) Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade

Não aplicável

d) Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados

Não aplicável

e) Passivos financeiros mensurados ao custo

Passivos Financeiros		
	2018	2017
Financiamento Obtidos	5 500 482,73	6 184 652,72
Outras contas a pagar	0,00	274 671,57
Passivos não correntes	5 500 482,73	6 459 324,29
Financiamento Obtidos	1 258 981,52	1 059 376,76
Fornecedores	1 247 553,79	1 270 189,88
Acionistas	1 000 000,00	0,00
Outras contas a pagar	2 046 984,89	1 614 024,16
Passivos correntes	5 553 520,20	3 943 590,80
	11 054 002,93	10 402 915,09

O detalhe dos financiamentos correntes e não correntes e respetivas condições são os indicados no quadro seguinte:

Detalhe dos Financiamentos		
	2018	2017
Não correntes		
Empréstimo Bancário BCP	3 458 597,88	4 000 000,00
Condições	Euribor 6m+2,25%	Euribor 6m+2,25%
Empréstimo Bancário CA	107 385,25	128 802,87
Condições	Euribor 6m+1,5%	Euribor 6m+1,5%
Empréstimo Bancário NB	906 250,00	1 000 000,00
Condições	Euribor 12m+2,25%	Euribor 12m+2,25%
Empréstimo Bancário BP	1 035 248,08	1 283 857,00
Condições	Euribor 12m+2,25%	Euribor 12m+2,25%
Locações Financeiras		6 369,61
Condições		Euribor 1m+0,8%
Correntes		
Empréstimo Bancário BIC	575 000,00	750 000,00
Condições	Euribor 3m+2%	Euribor 3m+2%
Empréstimo Bancário BCP	464 887,17	4 000 000,00
Condições	Euribor 6m+2,25%	Euribor 6m+2,25%
Empréstimo Bancário CA	10 751,12	128 802,87
Condições	Euribor 6m+1,5%	Euribor 6m+1,5%
Empréstimo Bancário NB	93 750,00	1 000 000,00
Condições	Euribor 12m+2,25%	Euribor 12m+2,25%
Empréstimo Bancário BP	107 594,75	1 283 857,00
Condições	Euribor 12m+2,25%	Euribor 12m+2,25%
Empréstimo Bancário BES	0,00	0,00
Condições	Euribor 3m+6,5%	Euribor 3m+6,5%

- f) **Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada**

Os Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade são os constantes no quadro da alínea a) deste ponto.

Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não ocorreram situações de incumprimento para os empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço.

Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço)

Não ocorreram situações de incumprimento que permitissem aos credores exigir pagamento acelerado.

Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas

Ganhos e perdas de financiamento		
	2018	2017
Juros obtidos	0,00	0,00
Juros de mora	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Ganhos	0,00	0,00
Juros de financiamentos obtidos	-151 214,43	-142 965,64
Juros de derivados financeiros	0,00	0,00
Juros de mora	0,00	0,00
Comissões e despesas com financiamento	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Perdas	-151 214,43	-142 965,64

Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros

A quantia de perda por imparidade reconhecida por cada classe de ativo financeiro encontra-se espelhada no quadro da alínea a) do ponto 17.

Instrumentos de capital próprio:

Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 50.000€ e encontra-se totalmente realizado.

Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O Capital Social da Empresa é constituído por 10.000 ações nominativas com valor nominal de 5€ cada.

Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.

Não existem ações em circulação nem ações próprias.

Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Não foram efetuados aumentos de capital no período.

Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço

Não foram emitidos outros instrumentos de capital no período.

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

Divulgação exigida pelo nº 1 do artº 66 – A do CSC

Natureza e o objetivo comercial das operações não incluídas no balanço e o respetivo impacto financeiro, quando os riscos ou os benefícios resultantes de tais operações sejam relevantes e na medida em que a divulgação de tais riscos ou benefícios seja necessária para efeitos de avaliação da situação financeira da sociedade;

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

Divulgação exigida pelo nº 2 do artº 66 – A do CSC

Honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais faturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria

Honorários		
	2018	2017
Honorários pela Revisão Legal de Contas	9 497,28	8 759,28
	9 497,28	8 759,28

19. Outras informações

Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos		
	2018	2017
Impostos sobre Rendimento Coletivo	79 478,58	196 163,37
Imposto sobre Valor Acrescentado	459,12	16 225,68
Taxa de Recursos Hídricos e Gestão RSU	0,00	0,00
Saldos a Receber	79 937,70	212 389,05
Impostos sobre Rendimento Coletivo	-201 062,16	-134 021,21
Retenção Imposto sobre Rendimento	-25 912,89	-21 771,25
Imposto sobre Valor Acrescentado	-18 876,90	-10 717,24
Imposto de Selo	0,00	0,00
Segurança Social	-75 903,95	-73 213,54
Saldos a Pagar	-321 755,90	-239 723,24

Diferimentos

A rubrica de gastos a reconhecer discrimina-se da seguinte forma:

Diferimentos		
	2018	2017
Seguros	234 358,48	190 040,67
Manutenção e Assistência	55 860,39	29 267,21
Stocks	23 844,69	23 387,93
Outros	1 268,16	583,64
Diferimentos Ativos	315 331,72	243 279,45
Subsídios à Exploração - IEFP	7 394,16	14 864,16
Diferimentos Passivos	7 394,16	14 864,16

Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Fornecimento e Serviços Externos		
	2018	2017
Subcontratos	1 679 631,36	1 727 274,98
Trabalhos Especializados	1 344 691,54	1 300 410,17
Materiais	31 606,30	34 899,95
Energia e Fluidos	717 363,42	732 086,42
Deslocações, Estadas e Transporte	12 611,90	13 531,86
Serviços Diversos	437 084,90	445 976,52
	4 222 989,42	4 254 179,90

Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos		
	2018	2017
Rendimentos Suplementares	7 080,15	6 369,56
Descontos de pronto pagamento obtidos		261,16
Rendimentos e Ganhos em investimentos	7 240,53	4 078,30
Outros Rendimentos e Ganhos	140 176,58	268 666,01
	154 497,26	279 375,03

Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas		
	2018	2017
Impostos	29 996,70	33 543,27
Dívidas Incobráveis	35,86	
Gastos e perdas em investimentos	32 457,59	43 290,98
Outros	121 333,77	89 177,62
	183 823,92	166 011,87

Resultados

A Taviraverde EM, realizou no exercício económico findo a 31 de dezembro de 2018, um resultado líquido de 640.520,32€.

Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe para distribuição de dividendos aos acionistas os resultados líquidos do exercício de 2018 e parte dos lucros de exercícios anteriores (359.479,68€), que totalizam 1.000.000,00€.

Tavira, 15 de março de 2019

O Técnico de Contas:



Cecília Maria Mendonça Barros

O Conselho de Administração



Jaime Luís Fernandes Costa

(Presidente)



António Manuel Dias Chaves Ramos

(Administrador)

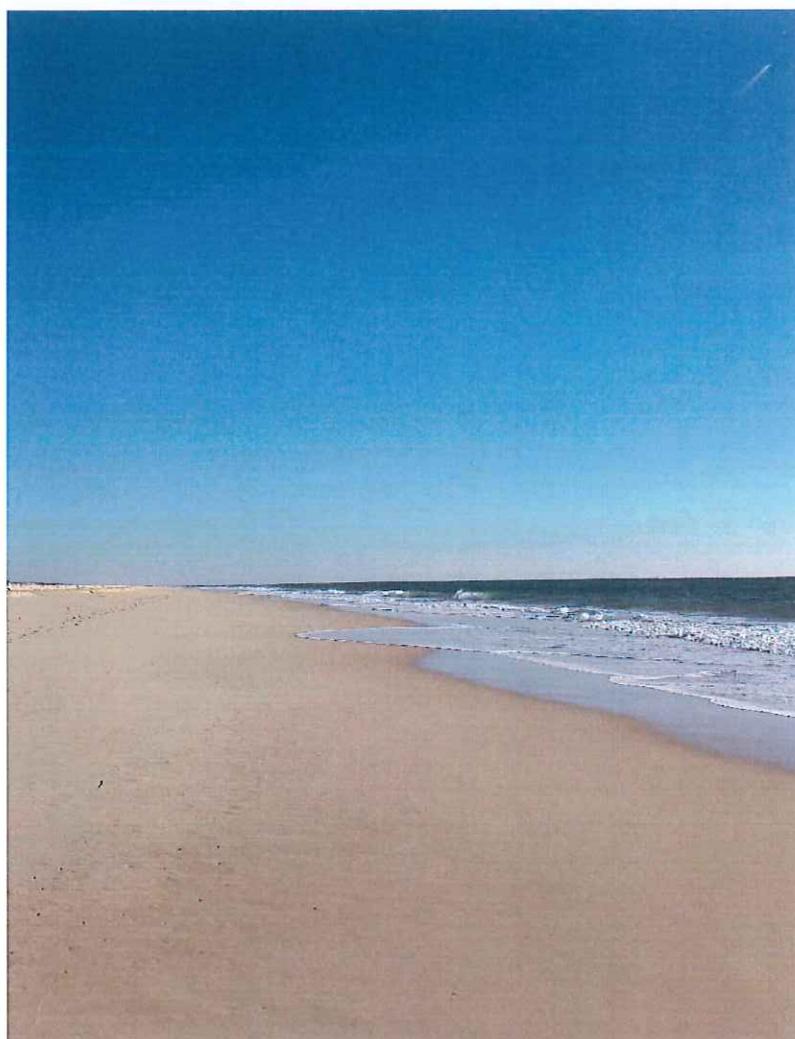


João Pedro da Conceição Rodrigues

(Administrador)

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]
[Handwritten mark]

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO





RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Srs. Accionistas:

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração de **Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

1. RELATÓRIO

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa através do contacto regular com a administração, do exame dos documentos e registos e das informações e esclarecimentos prontamente prestados pelos seus diferentes órgãos e serviços.

O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais e estatutários, reflectindo fiel e claramente a evolução dos negócios, os problemas e perspectivas da Sociedade. Igualmente o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas, das Alterações no Capital Próprio, os Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo estão organizados conforme as disposições legais.

Os critérios valorimétricos adoptados constam do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados e conduzem a uma correcta avaliação do património da empresa e dos resultados do exercício.

Referimos como parte integrante deste parecer a Certificação Legal das Contas, emitida nesta data, sem reservas nem ênfases.

2. PARECER

Assim e como resultado das informações recebidas e das verificações efectuadas, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e os restantes elementos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2018, bem como a proposta da aplicação de resultados.

Faro, 19 de março de 2019

O Fiscal Único
Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC, Lda

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por :
(João Miguel Pinto Galvão, ROC nº 587)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 17.405.731 euros e um total de capital próprio de 4.651.572 euros, incluindo um resultado líquido de 640.520 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identificamos incorreções materiais.

Faro, 19 de março de 2019

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

João Miguel Pinto Galvão, ROC n.º 587

